

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 028

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE ABRIL DE 1999**

(*segunda-feira*)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. IRINEU COLOMBO

Solicito verificação de votação para prosseguimento da sessão.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.
(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a presença unânime dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei nº 172/99 (Parcelamento - Multas do DETRAN).

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 175, § 2º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a diminuição de interstício para realização de Sessões Extraordinárias, logo após Sessão Ordinária do dia 20 de abril para apreciação em 3ª discussão e redação final do Projeto de lei nº 043/99, proveniente da Mensagem Governamental nº 006/99, que trata da isenção previdenciária e corrige dispositivos da Lei nº 12.398/98 PARANAPREVIDÊNCIA.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento dos documentos do Projeto de Resolução nº 033/97.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER ao Sr. Presidente desta Casa, depois de ouvido o douto Plenário, a instalação de uma Comissão de Deputados para analisar a viabilidade de instalação de um Gabinete dos Povos Indígenas na Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Até há cerca de 500 anos atrás, os povos indígenas eram os senhores destas terras, seus únicos e verdadeiros donos. Mas, com o advento do descobrimento do Brasil, esta situação se inverteu: de donos, passaram a escravos, sofreram violência físicas, tiveram sua terra saqueada, sua cultura, sua língua e seus mitos depreciados. Sua

população foi drasticamente reduzida, dos milhões para alguns milhares.

Atualmente, os índios brasileiros têm sido fixados em reservas, onde têm sobrevivido em ambientes próprios junto à natureza. No Estado do Paraná, existem, atualmente, 17 reservas, com aproximadamente 9 mil índios. Essas reservas, que constituem-se em uma conquista destes povos, estão, no entanto, distantes dos centros de decisão dos destinos do estado e do país e, especialmente de seus próprios destinos. Por isso, entendemos que se faz necessário, para o bem-estar e continuidade destes povos e de sua cultura, a sua presença nos centros de decisões do estado e do país.

Assim, apresentamos a idéia para que uma Comissão de Deputados analise a viabilidade de instalação de um Gabinete dos Povos Indígenas na Assembléia Legislativa do Paraná. Este Gabinete se organizará como um ponto estratégico para o amplo debate sobre a questão indígena no Estado do Paraná, visando a elaboração de projetos e metas para o fortalecimento cultural, intelectual, étnico e político para os povos indígenas. Seu trabalho se pautará pelo diálogo direto com o poder público, de forma a trazer as aspirações destes povos e levar a eles as propostas oficiais. Este Gabinete pode constituir-se num novo modelo de atuação indígena, podendo ser um referencial a nível nacional, pois é uma experiência inédita no país.

Após quase 500 anos do descobrimento do Brasil, e de uma história que, para estes povos, é marcada por tristezas, desencontros e conflitos, nada mais justo que estes povos tenham assegurado seu espaço nos centros de decisões, nada mais justo que ocupem seu espaço de cidadãos brasileiros, e o Estado do Paraná, com a iniciativa de constituição deste Gabinete dos Povos Indígenas, estaria dando exemplo ao país, ao reconhecer a legitimidade deste espaço e ao oferecer as devidas estruturas para os líderes destes povos.

PROJETO PARA A IMPLANTAÇÃO DO GABINETE DOS POVOS INDÍGENAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA:

Historicamente os índios brasileiros têm sido colocados nas reservas, onde têm se desenvolvido e sobrevivido em ambientes próprios junto a natureza. Essas reservas estão geralmente muito distantes das grandes cidades e dos grandes centros de decisão dos destinos do país e especialmente de seus próprios destinos. Repensamos a história e, avaliando a atual situação, nós índios, entendemos ser muito importante a manutenção dos espaços e conquistas até aqui alcançadas. Cremos no entanto que se faz necessária, para o bem-estar nosso e de nossas gerações futuras, a nossa presença nas capitais brasileiras, especificamente nas assembleias estaduais.

Objetivo:

Tendo passado por experiências de desinformação e até afastamento das decisões dos que dirigem nossos

destinos, queremos mudar esse quadro. Estaremos trabalhando para buscar melhores condições de vida ao nosso povo e melhor relacionamento entre governos, sociedade e índios.

ESTRUTURA E ATUAÇÃO DO GABINETE DOS POVOS INDÍGENAS:

1. É necessário pequeno espaço com os recursos básicos para funcionamento.

2. O gabinete será ocupado por índios, com experiência administrativa, com conhecimento amplo da questão indígena a nível local e nacional e com capacidade para contatos e negociações. O gabinete poderá eventualmente dispor de elementos indicados pelos índios para atuação conjunta.

3. A representatividade será a mais ampla possível atendendo os dois conselhos indígenas do estado, tendo um representante de cada conselho.

4. O trabalho do Gabinete será de diálogo direto com o poder político trazendo as aspirações dos índios e levando as propostas oficiais às comunidades.

5. O gabinete estará também atuando junto a sociedade civil, na divulgação indígena, no esclarecimento sobre a atual situação em que vivem esses povos e reorientando sobre a visão apenas folclórica a respeito dos índios.

6. A atuação será também na busca de parcerias com as ONGs e outras instituições que possam apoiar nossos projetos para um trabalho conjunto.

7. O diálogo com as instituições de ensino é para nós fundamental. Buscaremos convênios visando espaços para nossos jovens no terceiro grau; o retorno dessa parceria será de grande valor para a comunidade indígena a médio e longo prazo.

8. A representação indígena se fará também através do gabinete com o material histórico e cultural dando espaço para a sociedade indígena ou não a nível estadual e nacional, para discussões, informações e desenvolvimento de amplo diálogo.

9. A relação índio-natureza é para nós muito forte e o Gabinete estará oferecendo à toda a sociedade sua milenar experiência de harmoniosa convivência junto ao meio ambiente.

10. Nós, índios, questionamos qualquer caráter festivo para comemorar os quinhentos anos de ocupação do Brasil. O Gabinete será um ponto estratégico de amplo debate sobre a questão. Aqui serão traçados projetos de reação e metas para um fortalecimento cultural, intelectual, étnico e político para o período pós quinhentos anos.

11. O Gabinete não tem propostas de anular ou concorrer com qualquer outro organismo governamental ou não, pelo contrário, quer uma caminhada conjunta. Entendemos, no entanto, que neste Estado e nessa Casa Civil poderemos criar um novo modelo de atuação indígena que poderá ser um referencial a nível nacional.

Conselho Indígena do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ao Presidente da Mesa Executiva, seja solicitado líderes dos partidos que promovam a indicação de seus membros para comporem a Comissão Especial já aprovada por esta Casa, objetivando analisar problemas relacionados com a infra-estrutura urbana (energia elétrica, saneamento, transporte, etc.) no Município de Piraquara, do Estado do Paraná, bem como convocar os componentes da Comissão para reunião de início dos trabalhos marcada para dia 20 de abril de 1999, terça-feira, às 11 horas da manhã na Sala das Comissões.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário comunicar a esta augusta Casa de Leis que faço parte da Bancada do Partido Liberal - PL nesta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor Claudinei Winter, motorista da ambulância do Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Marino Pereira, ocorrido em 8 de abril de 1999.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Marino Pereira nasceu em Santos, Estado de São Paulo, em 20 de maio de 1916 e faleceu em Curitiba em 08 de abril de 1999.

Tão logo formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em 1939, foi clinicar em cidades do interior do Brasil.

Primeiro em Tupã, no Estado de São Paulo, e depois em Timbó, Estado de Santa Catarina, como diretor do Hospital "Rio dos Cedros".

Durante a 2ª Guerra Mundial, trabalhou como médico em Fortaleza, Estado do Ceará, organizando o

serviço médico do IAPETEC, e no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), chegando a exercer a medicina na Ilha do Marajó e na Bacia Amazônica.

Em 1944 radicou-se em Apucarana, onde constituiu família e exerceu ativamente a medicina, fundando dois hospitais.

Tornou-se pessoa querida e muito respeitada pela população da região, em virtude do seu espírito altruísta e dos relevantes serviços prestados à comunidade como médico.

Em 1959 foi eleito Prefeito e em 1962 renunciou ao mandato para candidatar-se à Deputado Estadual pelo PTB, tendo sido eleito.

Afastou-se da vida pública em 1966 e abandonou a política, radican-do-se em Curitiba.

Ele era casado com Dona Gertrudes Schmidt Pereira desde 1945 e tinha 4 filhos.

O Sr. Marino Pereira era homem de princípios e por sua personalidade firme e cativante desfrutava do melhor conceito no meio social curitibana e paranaense, onde mantinha verdadeira legião de amigos e admiradores.

A Lei nº 12.186, de 5 de junho de 1998, concedeu-lhe o Título de Cidadão Honorário do Paraná, em reconhecimento às suas qualidades.

O Estado do Paraná perdeu um filho ilustre.

REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Doutor José Francisco Pereira, atual Presidente do Partido Social Trabalhista, falecido em data de 14/04/99, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Doutor José Francisco Pereira, ex-Presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e atual Presidente do Partido Social Trabalhista, faleceu em data de 14/04/99 (quarta-feira última) por volta das 20:00 horas, vítima de infarte. Foi internado no Hospital São Lucas, mas infelizmente não resistiu, vindo deixar uma grande lacuna no meio político e social de nosso Estado.

Homem de conduta impecável, estava com 61 anos (nasceu em 25 de março de 1938), durante os quais sempre trabalhou em prol do nosso Estado, já que era profissional de extrema competência. Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, iniciou sua carreira profissional em Santa Helena, no Oeste paranaense, onde trabalhou até 1981. Em Curitiba, a partir de 1982 teve ação marcante na política paranaense, tendo sido Secretário Geral do PDT-PR e Presidente do Partido por dois anos. Em 1997 assumiu a presidência do PST e atualmente, trabalhava na Prefeitura Municipal de Curitiba.

Teve participação muito importante em diversas campanhas políticas para o Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Curitiba; era respeitado como homem sábio nos grupos onde estava inserido, tendo sido sempre companheiro de irreparável comportamento e extrema dedicação em tudo o que fazia.

Doutor José Francisco, era casado e tinha cinco filhos e três netos. Deixa em todos nós uma falta difícil de aceitar, uma lacuna impossível de preencher, já que era um grande amigo, fiel companheiro e acima de tudo homem de grande importância para todos nós.

REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 14/04/99, do Senhor José Francisco Pereira.

Advogado, ex-Presidente do Partido Democrático Trabalhista, o PDT e atual Presidente do Partido Social Trabalhista, PST. Desempenhou importante papel em diversas campanhas políticas estaduais, para governo e prefeitura.

Pessoa íntegra, sempre cumpriu seus deveres cidadãos e deixa um exemplo a ser seguido. A sua falta deixa a lamentar seus familiares, amigos e todos aqueles de seu convívio social.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência à família enlutada, sito na Rua Alberto Foloni, 760 - Centro Cívico - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Professor Doutor Afonso Antoniuk e equipe do Diagnóstico Avançado por Imagem - DAPI, que ao instalar em Curitiba um dos mais modernos centros de serviços na área médica de diagnósticos por imagem, promove o mais alto grau de aprimoramento neste setor, além do que, se coloca na vanguarda do aprimoramento técnico no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Comunidade Indígena do Estado do Paraná, alusivos a Comemoração Nacional do Dia do Índio, que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Lideranças Indígenas do Paraná, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Desembargador Mota, 3377, CEP 80430-200, aos cuidados do Senhor Edivio Batistelli, Município de Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de parabéns, ao Senhor Antonio Cabreira de Sá, Prefeito Municipal de São Tomé, eleito Presidente da AMERIOS - Associação dos Municípios de Entre Rios.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de parabéns ao Prefeito Municipal de Tapejara, Senhor Noé Caldeira Brant, pela passagem de aniversário do município festejado no último dia 11 de abril do corrente.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, ao Prefeito Municipal, Senhor Altair Zeniewicz, com votos de congratulações pela passagem do 35º aniversário do Município de Capitão Leônidas Marques - PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A região do baixo Iguaçu, na qual está inserido o Município de Capitão Leônidas Marques, teve colonização basicamente de pessoas oriundas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943, deu novo alento à região.

Em fins da década quarenta e na de cinquenta, o Governo do Estado incentivou a colonização através de companhias imobiliárias. Em alguns municípios da região sudoeste, imperou a tomada da terra, através da posse. A partir destes fatos, intensificou-se o fluxo

migratório na região, com famílias se estabelecendo e dando início a uma povoação.

A primitiva denominação foi Aparecida do Oeste, e seus primeiros moradores foram as famílias de Angelo Magnabosco, João Rute Schimidt e irmãos, Primo Guratto, Sestílio Dalavalle e Silfredo Simão.

Em 28 de abril de 1964, o núcleo de Aparecida do Oeste foi elevado a categoria de município, passando a se chamar Capitão Leônidas Marques, homenagem ao militar Capitão Leônidas Marques, representante do Governo do Estado na solução de problemas fundiários no Sudoeste paranaense.

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal, Senhor Paulo Santiago, com votos de congratulações pela passagem do 7º aniversário do Município de Cruzeiro do Iguaçu - PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A partir da década de quarenta, inúmeras famílias vindas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul se instalaram na região de Cruzeiro do Iguaçu. O local preferido era a Colônia Missões, localizada a oeste do rio Chopim, próximo a sua foz.

Até o início da década de cinquenta, o acesso, para o que é hoje a Cidade de Cruzeiro do Iguaçu, era feito somente a cavalo, cortando picadas na mata, ou pelo leito dos rios. Mesmo assim, enfrentando todo tipo de dificuldades muitas famílias ali se estabeleceram, dentre as quais, as de Atílio Francisco Major, Arcênio Gonçalves de Azevedo, Francisco Leôncio, Idolino Navarini e Atílio Vieira.

Segundo a tradição popular, na localidade haviam muitas cobras e certa vez o pioneiro Atílio Vieira abateu uma cobra conhecida por Urutu Cruzeiro e a levou até a bodega do Senhor Arcênio Gonçalves de Azevedo onde disse: "aqui é a capital do Cruzeiro". A partir desta data a localidade passou a ser denominada Cruzeiro e o termo Iguaçu foi acrescentada para diferenciá-la de cidade homônima, existente no Estado de São Paulo.

REQUERIMENTO Nº 550

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais deste Poder, de voto de congratulações a ser dirigido ao Senhor Brasil Paraná de Cristo, pela sua reeleição para a presidência da Associação dos Servidores Públicos do Paraná - ASPP.

Que, da decisão, se dê ciência ao nominado.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de aplauso e congratulações ao Hospital Vita (BR-116, nº 4047 - Curitiba), pela realização em data de 17/04/99 (sábado último), no Jardim Botânico desta Capital, do evento "Espaço Vita de Prevenção" com o apoio da Gazeta do Povo e TV Paranaense - Canal 12.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Vita, numa brilhante iniciativa, realizou neste sábado último, um evento no Jardim Botânico de Curitiba. Quem esteve no local, pôde fazer, gratuitamente, exames de colesterol, glicemia, pressão arterial, saturação de oxigênio, altura e peso. Foram montadas no Jardim Botânico, barracas, das 09:00 às 17:00 horas, com o envolvimento de trinta médicos, enfermeiros e fisioterapeutas do hospital, que realizaram os exames, fizeram avaliações dos resultados e orientaram as pessoas. O evento contou com o apoio da TV Paranaense - Canal 12 e da Gazeta do Povo, e foi coordenado pelo fisioterapeuta Dr. Esperidião Elias Aquim, com o propósito de prevenir e alertar a população para a importância da prevenção de males como diabetes, doenças cardíacas e respiratórias. Os dados obtidos serão também utilizados para uma pesquisa, cujo resultado sairá dentro de dois meses e revelará o perfil do curitibano com relação a estas doenças.

Parabéns ao Hospital Vita pela iniciativa, ao coordenador do evento, Dr. Esperidião Elias Aquim, pelo elevado espírito social e a toda a equipe que participou naquela data, dando à população de Curitiba uma oportunidade de cuidar melhor da saúde. Recebam os votos de aplauso e congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 563

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado em ata da sessão de hoje, votos de congratulações a Polícia Militar Feminina - representada na pessoa do seu Comandante - Coronel Luiz Fernando de Lara, pelo transcurso do 22º aniversário de criação dessa gloriosa corporação, em 19.04.99.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar Feminina foi instituída em 19 de abril de 1977, inicialmente composta por um pelotão, transformada em Companhia de Polícia Militar Feminina em julho de 1984.

A Polícia Militar Feminina está diuturnamente presente, atuante e à disposição da população em vários pelotões atuando no interior do Estado, como: Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava, e em Curitiba, atualmente estão distribuídas nos Batalhões do Comando do Policiamento e em setores administrativos do Quartel do Comando Geral.

A partir de 1994, a Companhia Paranaense Feminina foi desdobrada, deixando de ter rede e comando próprio.

Graças à tenacidade, à visão empreendedora, à dedicação, ao profundo amor direcionado à causa de bem servir, aliadas à vontade férrea de bem cumprir a missão de proteger os cidadãos paranaenses, não poderíamos deixar de agradecer, indistintamente a todas as Policiais Militares Femininas, que com o seu profissionalismo, recebem o reconhecimento e o respeito da população paranaense.

Parabéns, Polícia Militar Feminina, por ter adotado e por bem desempenhar a sublime missão de proteger os cidadãos e o patrimônio paranaense.

Contando com o apoio dos nobres pares, requer seja expedida correspondência e repassada às mulheres policiais femininas do Estado do Paraná, através do Cel. Luiz Fernando de Lara - Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná - Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 1401 - CEP 80.230-110.

REQUERIMENTO Nº 564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta sessão, votos de congratulações à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG-PR, em parceria com o Rotary Internacional - Distrito 4730, Grande Oriente do Paraná - GOP, Lions Internacional - DL 6 e a Secretaria de Segurança - CCS, pelo sucesso do Seminário Segurança e Cidadania, que foi realizado no Auditório do Parque Barigüi, nesta Capital, no período de 12 a 16 de abril de 1999.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dado ciência à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG-PR, na pessoa do Senhor Benedito Facini.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignada em Ata dos trabalhos desta Casa, Moção de Apoio à solicitação de redução nos débitos de financiamento dos avicultores integrados à empresa Chapecó, encaminhando-se cópia da mesma ao Exmo. Sr. Governador do

Estado e aos Secretários de Estado da Indústria e Comércio e da Agricultura.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento público, a situação entre os avicultores vinculados à empresa Chapecó, arrastou-se por tempo demasiadamente longo, trazendo prejuízos incalculáveis. A paralisação da produção causou, inclusive, danos à estrutura dos aviários.

Assim sendo, com a retomada da produção, para que os prejuízos possam ser absorvidos pelos produtores, possibilitando o pagamento dos financiamentos, torna-se necessário e justo um plano diferenciado, com redução de valores e dilação de prazos.

Esta Casa de Leis, cujo objetivo precípuo é defender os interesses sociais da coletividade que representa, não pode ficar alheia ao problema que envolve a classe dos avicultores do oeste, que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do Estado.

REQUERIMENTO Nº 579

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que subscreve este documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja encaminhado ao Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, as congratulações deste Poder, pela eleição da nova diretoria no último dia 16 de abril, na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Ao tempo, que esta Casa, cumprimenta e felicita a nova diretoria do Conselho, na pessoa do novo presidente, o prefeito Silom Schmidt, do Município de Santa Helena, pela presente proposição, este Parlamento paranaense também manifesta e deseja à nova diretoria uma gestão profícua, alcançando os resultados esperados.

Do aprovado, requer, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Silom Schmidt, junto a Prefeitura Municipal de Santa Helena - CEP 85892-000.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 565

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício a Excelentíssima Sra. Elizabete Pavin, DD, Prefeita Municipal de Colombo, solicitando anti-pó na Rua José Januário da Silva, Bairro Jardim Iracema.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Os moradores da Rua José Januário da Silva, Bairro Jardim Iracema, do Município de Colombo, irritados com o desconforto que ocorre pela movimentação

freqüente de veículos e principalmente do ônibus de transporte coletivo, devido a quantidade de pó que adentra em suas residências, prejudicando a saúde de todos, principalmente das crianças e idosos, que sofrem com problemas respiratórios.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres Pares, visando encaminhar, através de ofício, o presente a Sra. Prefeita Municipal, a fim de que seja analisada a solicitação dos moradores.

REQUERIMENTO Nº 568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilmo. Sr. Paulinho Dalmaz, DD. Diretor Geral do DER, solicitando providências para o recapeamento asfáltico do trecho de estrada que liga o Município de Ampére ao de Pinhal de São Bento, numa extensão de 18 quilômetros.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento, ao Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores de Pinhal de São Bento, bem como ao Sr. Valdomiro Barbieri, ex-Prefeito do referido município.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada para o qual se solicita o recapeamento asfáltico, já possui calçamento com pedras irregulares, o que virá facilitar sobremaneira o atendimento do pedido.

Outrossim, trata-se de reivindicação antiga dos munícipes objetivando um melhor tráfego entre as mencionadas cidades, até porque o Município de Pinhal de São Bento é o único da região que ainda não possui nenhum trecho asfaltado.

REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Heinz Georg Herwig, Secretário dos Transportes, solicitando os valores arrecadados provenientes de cobrança de multas, IPVA e demais infrações no ano de 1998.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A receita proveniente da arrecadação com cobrança de multas de trânsito, de acordo com o art. 320 do Cód. de Trânsito, será aplicada, exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

Baseado nisto, solicito demonstrativo de receita arrecadada não somente com multas, mas também com pagamento do IPVA e demais infrações para acompanhar

se a utilização destes recursos está sendo feita de acordo com o que diz a lei.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço aprovação ao presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sra. Fany Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de construção de um barracão para Oficina Profissionalizante de artefatos de madeira e aquisição de equipamentos para o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural, localizado nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em questão, já protocolada na Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família, sob nº 3.945.052-6, em data de 12/04/99, vem de encontro a solucionar o problema desta Instituição que atualmente atende 16 (dezesesseis) outras Entidades Filantrópicas de Curitiba e Região Metropolitana, na área social.

Importante faz-se ressaltar que uma escola profissionalizante abre novas oportunidades àqueles carentes que não possuem trabalho ou uma possibilidade de profissionalização, levando-os desta forma a adquirir uma ocupação e uma fonte de geração de renda para seu sustento, tirando-os das ruas e da marginalidade.

Por estas razões, pedimos aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Segismundo Morgenstern, Digníssimo Secretário Especial para o Desenvolvimento Educacional, solicitando através da FUNDEPAR, a construção de uma quadra de esportes coberta no Colégio Estadual Bento Mussurunga, no Município de Umuarama.

Tal proposta pretende oferecer aos alunos que frequentam esse estabelecimento de ensino, melhores condições para a prática esportiva e aulas de educação física, uma vez que nos dias de chuva, frio ou sol forte, esta atividade é impraticável.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal de Umuarama (A. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130) ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080) Umuarama.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da “Estrada Boiadeira”, no trecho que faz a ligação entre os Municípios de Cruzeiro do Oeste e Icaraíma, na BR 484.

A construção do referido trecho é extremamente necessária, pois é uma estrada de grande tráfego de automóveis, principalmente de transporte de cargas e safra agrícola que é muito forte na região.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Antonio Mazzei, Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686) e ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil, s/n) CEP 87400-000, Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Rafael Dely, Mui Digno Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 40 (quarenta) unidades de Casas Populares no Município de Cidade Gaúcha, através do Programa Casa Feliz, desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas têm a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele Município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Sr. Gilberto Pedro Aita, Prefeito Municipal (Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha, CEP 87820-000).

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, de Ponta Grossa, para que providencie a iluminação pública no viaduto que liga a Colônia D. Luiza ao Núcleo Santa Maria e imediações, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A iluminação pública do referido viaduto é uma reivindicação antiga dos moradores da Colônia D. Luiza e do Núcleo Santa Maria, que fizeram várias solicitações à COPEL. Este trecho é utilizado diariamente por centenas de veículos e transeuntes, e a falta de iluminação

pública tem acarretado graves transtornos, pois os motoristas não têm boa visibilidade e as pessoas que por ali transitam estão expostas a vários riscos. Sendo assim, faz-se urgente a instalação deste serviço, de modo a preservar a segurança das pessoas que precisam utilizar o viaduto e suas imediações.

REQUERIMENTO Nº 558

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Dr. Armando Raggio - Secretário de Estado da Saúde, solicitando informações referentes ao repasse de verbas para construção do Hospital Municipal de Rio Branco do Sul, além de informações referentes a outras verbas repassadas na área de saúde para aquele município.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rio Branco do Sul, que faz parte da Região Metropolitana de Curitiba, vem enfrentando problemas na área de saúde, especialmente com referência ao Hospital Municipal.

Solicitamos ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, informações sobre verbas repassadas para aquela importante obra, além de outras que tenham sido repassadas para esta importante área para aquele município.

REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Sra. Alcyone Saliba - Secretária de Estado da Educação, referente às providências que estão sendo tomadas por aquele Órgão quanto à interdição do Colégio Estadual Maria da Luz Furquim, localizada no Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Maria da Luz Furquim, localizada no Município de Rio Branco do Sul - Região Metropolitana de Curitiba, sofreu, há cerca de 20 dias, um abalo em suas estruturas, colocando em perigo a vida de alunos e professores. Diante desse quadro, a Direção da Escola interditou o prédio e distribuiu os alunos (cerca de 2.000 distribuídos em 3 turnos) por diversos locais do município, como salão paroquial, Igreja Batista, SESI, etc.

Esta situação tem trazido transtornos para alunos, pais, professores e Direção daquela instituição, pois o colégio é estadual e está aguardando providências do Órgão responsável - a Secretaria de Estado de Educação, à quem solicitamos, através deste, esclarecimentos referentes às providências que estão sendo tomadas com relação ao caso.

REQUERIMENTO Nº 577

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Chefe da Casa Civil, Pretextato Taborda Ribas Neto, e o Presidente da COMPAGÁS, Luiz Roberto Dantas Bruel, solicitando informações sobre a construção de dutos para gás natural no trecho Ponta Grossa - Campo Largo, a saber:

1) Qual o custo total da implantação do projeto no trecho Ponta Grossa - Campo Largo?

2) Houve negociação entre a COMPAGÁS e a Concessionária Rodonorte que explora a Rodovia BR-277, trecho Ponta Grossa - Campo Largo, referente à instalação de dutos para gás natural?

3) Caso tenha havido, qual o valor e condições de pagamento, que a Concessionária exige, ou foram acertados, para que a tubulação seja colocada às margens da rodovia, conduzindo o gás natural de Ponta Grossa até Campo Largo?

O referido pedido justifica-se pela necessidade de saber qual o valor exigido pela concessionária e qual será o impacto deste no custo total da obra, bem como o custo ao consumidor final.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(aa) PÉRICLES MELLO
ÂNGELO VANHONI
HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo, do dia 18 de abril de 1999, denominada "Irresponsabilidade", na coluna do jornalista Carlos Nasser.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
AUGUSTINHO ZUCCHI
ANTONIO ANNIBELLI
LUIZ CARLOS ZUK
HERMAS BRANDÃO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 179/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo deverá instituir conselho de usuários dos serviços públicos estaduais delega-

dos a terceiros, por concessão ou permissão, na forma desta lei.

Art. 2º - O conselho será composto por 15 (quinze) membros indicados pelo Governador do Estado e aprovados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná com mandato de quatro anos.

§ 1º - Os conselheiros não receberão remuneração pelo encargo, sendo permitido o pagamento das despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

§ 2º - O conselho será dirigido por um presidente e um secretário, escolhidos por seus integrantes, com mandato de um ano, admitida uma recondução.

Art. 3º - Compete ao conselho fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas delegadas, sua eficiência e atendimento às cláusulas contratuais.

Art. 4º - Por deliberação da maioria dos conselheiros, o conselho poderá recomendar aos Poderes Executivo e Legislativo, e ao Ministério Público, medidas para a apuração da descontinuidade dos serviços, má qualidade em sua prestação e desatendimento a cláusulas contratuais.

Art. 5º - As reuniões do conselho deverão ser públicas, convocadas através de aviso em jornal de circulação estadual, e suas deliberações constarão em ata cujo extrato deverá ser publicado no órgão oficial do Estado do Paraná.

Art. 6º - O Poder Executivo deverá indicar os nomes dos conselheiros à Assembléia Legislativa do Paraná em até 60 (sessenta) dias da data de publicação desta lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

As privatizações ocorridas em vários setores da atividade estatal estão colocando em debate a necessidade de o Poder Público ser dotado de instrumentos capazes de acompanhar e fiscalizar a qualidade, eficiência, segurança e continuidade dos serviços delegados a terceiros.

Para cumprir tal tarefa, nada mais adequado que os próprios usuários dos serviços, que são em última análise quem os financiam e quem, mais de perto, pode avaliar o desempenho das empresas contratadas.

Nos dias atuais crescem as reclamações quanto a qualidade dos serviços privatizados de telefonia. No âmbito do Estado do Paraná, serviços como o de concessão de estradas, saneamento, energia elétrica, contratos de gestão como os existentes na área de educação,

urbanismo e previdência, exigem um acompanhamento permanente da sociedade.

Para tanto, o presente projeto tem como finalidade criar um instrumento ágil e eficaz, da sociedade, com a incumbência de assessorar os Poderes estaduais na sua difícil responsabilidade de garantir o cumprimento dos contratos celebrados, nos termos em que o foram, em favor dos usuários dos serviços.

Assim, essa Casa de Leis não pode demitir-se de sua responsabilidade de dotar o Paraná de um mecanismo, ligado à sociedade, com aptidão para representá-la no acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados por terceiros e que por suas naturezas possuem índole pública.

PROJETO DE LEI Nº 180/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os produtos alterados por transgenia, ou que se utilizam de insumos alterados por essa tecnologia, deverão trazer em suas embalagens essa informação de modo claro e expresso.

Art. 2º - Os órgãos de defesa do consumidor e a vigilância sanitária ficam encarregados de fiscalizar o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Qualquer produto transgênico que não traga informação ao consumidor dessa sua característica deverá ser retirado do mercado e apreendido, ficando sua comercialização suspensa até que se compatibilize com o disposto no artigo primeiro.

Art. 4º - Sujeita-se à multa de até R\$10.000,00 (dez mil reais) o comerciante ou produtor que fizer uso ou disponibilizar produtos em desconformidade com esta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O uso de sementes alteradas geneticamente por transgenia, e mesmo o consumo de produtos alimentícios que se utilizam dessa tecnologia, tem se ampliado no mundo todo.

Técnica recente de melhoria dos padrões genéticos, sua eficácia já é comprovada. No entanto, do ponto de vista de malefícios que possam causar ao consumo humano, ainda não se tem estudos definitivos.

Existe polêmica, inclusive, sobre a aceitabilidade da soja produzida pelo Brasil, a partir de sementes alteradas, no mercado europeu.

O professor Rubens Nodari, da Universidade Federal de Santa Catarina e da Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência (SBPC), alerta que só há dois anos são utilizadas sementes transgênicas no exterior, e que no Brasil a apenas um ano, em caráter experimental. Afirmar, ainda, que não foram realizados estudos avançados quanto aos efeitos dos alimentos transgênicos sobre o sistema imunológico humano, nem sobre o impacto ambiental destas plantas.

Em virtude disso, alertar a população sobre a origem de produtos para seu consumo é imperativo, por significar, especialmente, uma forma de preservação da saúde pública.

Com a disseminação desses produtos é imprescindível dotar o Paraná de uma lei que assegure, ao menos, informação aos consumidores. Esse é o espírito da presente proposição, para que, até que os órgãos técnicos possam dizer cabalmente da segurança sobre o consumo de tais produtos, estejamos todos cientes da sua origem e potenciais riscos.

PROJETO DE LEI Nº 181/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro na Cidade de Faxinal, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Rádio Comunitária Novo Dia, foi fundada no dia 22 de abril de 1999, por um grupo de pessoas residentes e domiciliadas na Cidade de Faxinal, Estado do Paraná, com o objetivo principal de prestar serviço de radiofusão, operando em FM (Frequência Modulada), na sintonia 107.3 mhz - baixa potência.

Visando a consecução dos seus objetivos, a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, manterá a divulgação de programas de caráter educativo, filantrópico, cultural, assistencial, histórico, recreativo, religioso, ecológico e jornalístico.

A Associação Rádio Comunitária Novo Dia, Sociedade Civil de direito privado, com duração indeterminada, sem fins lucrativos, está registrada sob nº 758, no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, da Comarca de Faxinal, e no CNPJ sob nº 01.872.693/0001-75, será regida pela Lei nº 9.612 de 19/02/98, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 03/06/98, e normatizada pela Portaria nº 191 de 06/08/98.

Face exposto, e considerando que a instituição em apreço além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, razão que me leva a propor que a entidade em pauta, seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 182/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Municipais de Campo do Tenente "ASMUCAT", com sede e foro no Município de Campo do Tenente, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Municipais de Campo do Tenente "ASMUCAT", que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada por um grupo de funcionários públicos municipais, para defender os interesses daquela classe trabalhadora, no dia 29/11/97, e, registrada sob nº 714, fls. 37, do Livro de Pessoas Jurídicas, do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, e devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 02.377.900/0001-88, estando em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Associação em apreço, além de defender os interesses dos associados que fazem parte daquela classe operária, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte, e do lazer, além de desenvolver outros programas com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, conforme Ata e Constituição, e Estatutos Sociais, em anexo.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 183/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários do Balneário das Gaivotas, com sede e foro no Município de Matinhos/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Proprietários do Balneário das Gaivotas, tem desenvolvido importante trabalho naquele local, procurando, em parceria com a administração

municipal e a comunidade em geral, melhorar a qualidade de vida da população.

Desde a sua fundação vem, incansavelmente trabalhando em prol da comunidade, com o envolvimento direto de seus membros em promoções e eventos que objetivem trazer melhorias ao local.

Por se tratar de instituição sem fins lucrativos e de Utilidade Pública, solicitamos aos nobres Pares, a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 184/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Boa Vista, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pequenos Agricultores de Boa Vista tem realizado excelentes e meritórios trabalhos desde a sua criação, desenvolvendo atividades de relevante interesse para a comunidade de Boa Vista e do Município de Guamiranga.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 185/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense de Tomazina, com sede e foro no Município de Tomazina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR de Tomazina tem realizado excelentes e meritórios trabalhos desde a sua criação, sendo de conhecimento de todos a sua devotada dedicação aos menos favorecidos do município e de toda a região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 186/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Ney Andrade a Rodovia PR-436, que liga o Município de Itambaracá com a divisa Porto Almeida (SP) do nosso Município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Gostaríamos de ter a honra em homenagear o nosso MD. Vereador Municipal Ney Andrade, que vem de uma família pioneira, e que no decurso de sua vida pública, sempre tratou com lisura e demonstrou grande interesse no desenvolvimento pelo nosso Município e Estado.

Informo ainda, que tal solicitação, dá-se pedido de urgência, visto que o município tem seu calendário no início do mês de Maio do corrente ano, ocasião em que o Prefeito Municipal, gostaria de inaugurar a Rodovia PR-436, do nosso Município de Itambaracá.

PROJETO DE LEI Nº 187/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Janiópolis, com sede no Município de Janiópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora em tela, reveste-se de caráter essencial, eis que a entidade ora descrita, presta serviços de grande alcance social, proporcionando melhores condições de vida a todas as crianças atendidas.

A entidade visa proporcionar defesa dos direitos dos portadores de deficiência, infância melhor, higiene, educação e se adaptar ao convívio social.

Assistência médica à criança excepcional, com acompanhamento de psicólogas e demais profissionais, manutenção e desenvolvimento de suas atividades e reconhecidamente os mais carentes.

Presta ainda outros e relevantes serviços, a entidade ora analisada, devendo portanto, ser o projeto de lei, aprovado por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 188/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Salgado Filho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 31 de outubro de 1997, e presta atendimento e defende os direitos de muitos portadores de deficiência, principalmente no que tange a deficiência mental e outras deficiências associadas, sendo os principais objetivos da Escola de Educação Especial "Renascer", os que seguem:

- Integrar o aluno na comunidade a fim de que se torne um indivíduo útil e feliz;

- Influenciar a conduta psico-social ensinando melhores hábitos de vida e trabalho, levando a melhorar a sociabilidade;

- Proporcionar ao deficiente mental recursos para que possa tornar-se independente, dentro de suas possibilidades, desenvolvendo o sentimento de segurança e os hábitos de higiene necessários à vida em grupo.

- Proporcionar a pessoa portadora de deficiência oportunidades à sua integração na sociedade e a maior independência possível;

- Divulgar a problemática do excepcional, promovendo campanha de esclarecimentos e informações sobre o problema.

Pelos motivos acima expostos, e pelo relevante serviço que a entidade vem prestando a Comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 189/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 11493, de 22 de junho de 1996, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado o Município de Bela Vista da Caroba, com sede na localidade de Bela Vista, desmembrado do Município de Pérola do Oeste e Pranchita, com as seguintes divisas e confrontações:

1 - Com o Município de Ampére

Inicia na foz do Lajeado Bonito no Rio Capanema, sobe por este até encontrar a foz do Rio Alegre.

2 - Com o Município de Pranchita

Inicia no Rio Capanema na foz do Rio Alegre, sobe por este até encontrar a Estrada que liga Vista Gaúcha à Fonte Bela, segue por esta na direção geral Oeste até defrontar a cabeceira de um afluente do Córrego Macaco, deste ponto segue por uma linha reta e seca até a cabeceira do citado afluente, desce por este até sua

foz no Córrego Macaco, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar a cabeceira da Sanga do Mato, desce por este até sua foz no Arroio Tateto, desce por este até sua foz no Lajeado Grande.

3 - Com Município de Pérola do Oeste

Inicia na foz do Arroio Tateto no Lajeado Grande, desce por este até a foz do Córrego Tateto, sobe por este até sua cabeceira na Estrada que liga Bela Vista à Esquina Gaúcha, segue por esta na direção geral Noroeste até defrontar a cabeceira da Sanga Laranjal, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Leste até a cabeceira da Sanga Laranjal, desce por este até sua foz no Lajeado Gauchinho, desce por este até sua foz no Córrego Gaúcho, desce por este até sua foz no Lajeado Bonito, desce por este até sua foz no Rio Capanema”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a presença unânime dos Senhores Deputados, passo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última semana, fomos surpreendidos pela morte de um amigo. Amigo desta Casa, deste Estado, desta Curitiba, do Paraná. Uma pessoa que realmente deixou por onde passou, fosse como dirigente partidário, como filiado ou mesmo como amigo, deixando saudades a cada um deles que o conhecia.

Um homem que realmente fazia não do cargo que possuía e muito menos das idéias que pensava, mas tinha nas atitudes que tomava aquela solidariedade do amigo. E, principalmente daquele que assim nada queria, mas que a todos envolvia a sua mão amiga.

Refiro-me Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao ex-Presidente do PDT, o homem que organizou a campanha de Jaime Lerner à Prefeitura, que teve a condição de dar o meio pelo qual o atual governador foi eleito e fez também grande parte da sua reeleição no atual período, que se encontra no seu segundo mandato, o Dr. Pereira.

Um homem, que nesta Casa, mesmo com adversários, iguais ao Carlos Simões, era um homem de valor, que tinha a vantagem de ser sincero, agradava a poucos, mas somava com a sua fala aberta e franca uma grande maioria. Foi assim que ele fez do nosso partido, o PDT, que deu ao Paraná esse novo rumo que ele tomou.

Na penúltima semana, quando testemunhamos nas palavras do ilustre Deputado Algaci Túlio, eleito vice-prefeito, homem que conhecia o Pereira de perto, tivemos

a satisfação nas suas palavras, naquela oportunidade, quando estávamos lá no Cemitério Iguaçu, verificarmos na presença de outros Senhores Deputados, de outras lideranças desse Estado, no seu velório, da mais alta autoridade desse Estado àquele menos favorecido pela sorte ou mesmo aquele desempregado ou aquele homem que procurava o Pereira nas horas difíceis da sua vida, foi um amigo, uma pessoa que serve de exemplo e aquilo que muitos outros homens deveriam ter, que é a sinceridade no coração.

Tenho certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aonde se encontra ao lado de Deus continuará dando exemplo, para que bons políticos, bons dirigentes partidários, pessoas que pensam em si antes de pensar em outros, haverão de mudar as suas linhas de conduta e seguir aquele caminho que foi exemplo.

Uso o horário do PDT e concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO

Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Zuk.

Com muita tristeza, com muita dor no coração na semana passada nós sepultamos o companheiro José Francisco Pereira. E o companheiro José Francisco Pereira foi uma daquelas pessoas que pelas posições que tomava uma pessoa polêmica, é bem verdade mas, acima de tudo, um homem que sempre lutou pelo partido, o PDT, que era na verdade o seu partido do coração. E só saiu do PDT porque pediram para sair e aí ficou na diretoria do outro partido, o PSD, mas sempre foi um pedetista de primeira hora.

E quando estávamos no momento do seu velório, eu dizia que ele foi uma pessoa também bastante injustiçada. Injustiçada porque não teve o devido valor pelo trabalho que fez, pela dedicação que teve, pela luta que encetou na montagem do nosso PDT. E V.Exa. é testemunha como tantos outros pedetistas que hoje não já estão mais no nosso PDT, que ainda é o nosso partido do coração, ele correu este Paraná a fora, montou as executivas, os diretórios, as provisórias. E nós, todas as 2ª-feiras, às 18 horas nós reuníamos no nosso PDT para debater o nosso Partido Democrático Trabalhista.

Foi, sem dúvida alguma um grande companheiro, um artífice da vitória dos 12 dias ao lado de Amadeu Gears, do Ronaldo Botelho, do Professor Velecino, ao lado das mulheres combatentes do PDT, ao lado de tantos e tantos companheiros do interior do Paraná.

Tivemos orgulho de fazermos parte, quem sabe, um dos maiores partidos políticos da história do Paraná. É por isso que eu volto a dizer, Deputado Zuk, um homem injustiçado, um homem que a partir do momento que teve que deixar o PDT, como nós também, atendendo um apelo do Governador, uns foram para o PFL, nós outros fomos para o PTB, V.Exa. permanece no PDT, foi um homem que ficou praticamente à deriva do atual Governo. Ficou numa sala cedida a ele, na Prefeitura de

Curitiba, sem muitas condições de poder trabalhar e realmente enfrentando muitas dificuldades.

Lamentamos profundamente tudo isso mas temos certeza que o Pereira nos deixou, com a certeza também ele que até a última hora estava lutando por um companheiro de partido para que pudesse ser atendido junto ao Governo do Estado.

Então este é o registro que eu queria fazer, neste momento, dizer que foi com muita dor, com muita tristeza, na verdade, que nós acompanhamos este desaparecimento prematuro, até, do Dr. Pereira, que já era uma figura, como já disse, como V.Exa. já frisou, controverso e polêmico. Mas controverso e polêmico nas suas posições, nos seus ideais de um batalhador, de um lutador, de um formador de partido.

Perde o Paraná e perde a política do Paraná um extraordinário homem! Porque nem sempre é o voto do deputado, do governador, do prefeito que é conseguido por ele vereador, ele deputado, ele prefeito, mas pela ação de um homem que pela parte administrativa e política montou os partidos, os diretórios, as executivas, que possibilitaram, e este é o orgulho que o Pereira tinha. Ele sempre dizia: Eu e você, Algaci Túlio, injustiçados, fizemos um partido, elegemos três prefeitos e elegemos um governador.

Com esse orgulho o Pereira nos deixou na semana passada e isso entristece a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Concedo o aparte ao Deputado Carlos Simões, em seguida ao Deputado Carli, Deputado Orlando Pessuti e Marcos Isfer.

O Sr. Carlos Simões

Quero saudar o orador, amigo Deputado Luiz Carlos Zuk, e ao mesmo tempo lamentar a perda de um lutador, de um guerreiro Pereirinha. E uso a palavra nesse instante, até para dizer de público mas, perdoei o Pereirinha quando num momento de indelicadeza dele, mas não de maldade, o Pereirinha não tinha maldade. Quando perguntaram se o Carlos Simões poderia ser o Prefeito de Curitiba, ele disse que Curitiba não entregaria a Prefeitura na mão de jacu do interior.

Ele mandou uma foto para mim que tirou com carinho, fiz um quadro disso, está na minha casa, na sala, de um bando de jacu-ave brasileira e me mandou com uma dedicatória muito bonita, porque ele era meio poeta. Tenho guardado com muito carinho na minha casa. Fiz um quadro, está pendurado na minha sala, e eu sempre olho como uma boa recordação do Pereirinha. Conversávamos muito com ele, pós-eleições conversamos muito com ele. Ele disse: “Carlos Simões, jamais queria te ofender”. Até porque eu estava com o Prefeito de Curitiba que era afeito, mais crítico, positivo, o ex-prefeito Rafael Greca. E ele foi naquele momento um porta-voz, mas sempre fomos bons amigos. Mas, após a

eleição, Deputado Zuk, quero relatar isso, em momento nenhum nos meus discursos, na campanha, eu o coloquei numa situação pejorativa, em absoluto. Ele até me emprestou no momento, um grande discurso que eu fiz na campanha, do pobre contra o rico ou do retirante contra o cidadão, o coxa branca não do Curitiba, mas o coxa branca nascido aqui na Vicente Machado, no Alto da XV. Então, só quero deixar registrado, lamento, senti, e peço que Deus o tenha em bom lugar.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, quero pedir-lhe que insira no seu pronunciamento as minhas palavras e parabenizá-lo pela homenagem que faz ao homem sério.

Nós, que conhecemos muito bem o José Francisco Pereira, o nosso amigo, podemos avaliar o trabalho que ele desenvolveu. Nós que militamos juntos no PDT, quando o PDT era uma miragem nesse Estado. Quando se falava em PDT e muitos diziam: o que é isso? De onde veio? E eu que na época fui eleito Prefeito em 1988 em Guarapuava, o Jaime Lerner em Curitiba, Antonio Belinati em Londrina. Éramos os Prefeito do PDT. E nós, mais o Deputado Luiz Carlos Zuk, militando lá em Ponta Grossa, com a força de poucos companheiros do PDT do Paraná, levantamos uma bandeira. E esta bandeira foi em frente e nós conseguimos fincá-la no Palácio Iguazu. E se esta bandeira chegou até o Palácio Iguazu, temos a certeza e a convicção de que teve um trabalho de base do nosso querido Pereira, do amigo que nos deixou, do amigo que Deus levou.

Queria neste momento também dizer do que era o Pereira, nobre Deputado Zuk, o Senhor que o conheceu tão bem quanto eu. O Pereira que tinha na sua marca mais forte a sinceridade. O Pereira que dizia o que deveria ser dito. Muitas vezes poderia até parecer que ele fosse um pouco duro demais. Mas o Pereira não costumava mentir. Ele dizia a verdade. Sabia cativar as pessoas falando a verdade. Também me somo as palavras do Deputado Algaci Túlio quando diz que o nosso amigo Pereira estava esquecido numa sala emprestada pelo município. Realmente isso aconteceu. Quero dizer mais, não só com o Pereira, temos outros companheiros de luta, de caminhada, de caminhada árdua. Porque quando o terreno é pantanoso, difícil de trilhar poucos são os companheiros que se atrevem a entrar naquela caminhada. Agora, quando o terreno está aplainado; quando o pavimento asfáltico já chegou; quando a iluminação é boa. quando o tempo é favorável, surgem inúmeras pessoas e engrossam a caminhada. Companheiros de luta; que muitas vezes tiveram prejuízos, não prejuízos econômicos, muitas vezes companheiros que tiveram prejuízos familiares, porque se entregaram a luta e continuaram esquecidos.

O Pereira se foi. Com a ida do Pereira fica a lembrança de um homem de bem, sério, lutador que acreditava num Paraná melhor para todos os paranaenses. Mas, principalmente, é um momento para reflexão, para aqueles que têm condições, que estão em condições de trazer

os verdadeiros companheiros para os lugares que deveriam estar ocupando.

Acordem, vejam o que aconteceu com o Pereira e não deixem acontecer com os outros companheiros.

Tenho certeza, Deputado Luiz Carlos Zuk, que o companheiro Pereira partiu com uma dor no coração. O companheiro Pereira faleceu por volta das dezenove horas e alguns minutos e às dezoito horas conversei com ele por telefone e, naquele momento ainda expressava o seu descontentamento e a sua tristeza.

Tenho certeza que ele levou isso consigo. Mas tenho certeza também que ele será um exemplo e será a lembrança de todos os companheiros que lutariam por um ideal, que ganharam, que foram vitoriosos, mas que na verdade, não estão podendo usufruir, ou melhor dizendo, usar daquilo que sabem, mostrar a sua capacidade em prol do Paraná e de todos os paranaenses.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Luiz Carlos Zuk, me somo as suas palavras e peço que faça das suas palavras as minhas palavras.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o ilustre Deputado. Concedo um aparte ao Líder do PMDB nosso amigo Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Luiz Carlos Zuk, em meu nome e em nome da Bancada do PMDB nos somamos à manifestação de pesar de Vossa Excelência pelo falecimento do Francisco Pereira. E dizer que nunca tivemos a oportunidade, eu e o Pereira, de militarmos o mesmo partido político, mas tinha por ele um respeito muito grande, não só por ele, mas pelos seus familiares que conheço. Pela convivência que sempre tive com ele em debates políticos, em entrevistas das quais participamos. E o respeito sempre crescia a partir do momento em que conhecíamos as posições que ele pessoalmente defendia.

Uma pessoa bastante arrojada, determinada em seus atos. E certamente deixará uma lacuna no quadro político do Paraná a morte do Pereira na última semana.

Quero em meu nome e em nome dos Deputados do PMDB deixar isso registrado, porque sei, como já disse aqui os Deputados Algaci Túlio, Carlos Simões e Fernando Ribas Carli da luta que ele sempre desenvolveu em favor das teses que acreditava serem as tese verdadeiras. Sei da sua vocação "Brizolista", talvez não tanto mais agora nessa fase da vida política de Brizola, mas naquela primeira fase. E a nossa identificação era muito grande, porque meu pai também, nos velhos tempos de 1960, quando Brizola, Goulart e outros vigorosos brasileiros foram para a resistência e da resistência para o exílio, também Pereira naquele momento ao lado do meu pai, embora não se conhecessem, e não se conheceram, até que ambos vieram a falecer. Mas ambos se respeitavam pela postura que cada um tinha, em relação a história

do Brasil e a luta que o Brizola desenvolveu naquele período da nossa história política.

Por esta razão manifesto aqui o meu profundo pesar, em meu nome pessoal, em nome da Bancada do PMDB, pela morte de Francisco Pereira.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o ilustre Deputado Orlando Pessuti. Concedo a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte concedido por Vossa Excelência, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz nesta Casa, já aparteado por diversos companheiros. E dizer que realmente o Paraná lamenta a perda do companheiro José Francisco Pereira, um companheiro combativo, um companheiro leal, um companheiro que muitas vezes até perdia pela sua sinceridade, pela maneira como se colocava e isso fazia com que muitos não gostassem do Pereira. Mas, tenho certeza, que antes de tudo o Pereira conquistou o respeito de todos aqueles que fazem política no Estado do Paraná, pelas suas atitudes firmes, pela forma como agia. E dizer que realmente, como disse o Deputado Pessuti, com relação à família do Pereira, Dona Alboni seus filhos, que realmente nós todos nos somamos, acho que o Paraná se soma, neste pronunciamento que Vossa Excelência oportunamente faz, dizendo que fica uma lacuna política no Paraná, com a falta do nosso Francisco Pereira, tão combativo e tão aguerrido.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Para encerrar Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos enviando à Casa para a aprovação dos Srs. Deputados além daquilo que foi dito aqui e transcrito através da nossa taquigrafia, remeteremos à família enlutada os pronunciamentos dos nobres colegas, bem como o voto de pesar, que eu acredito será unânime nesta Casa, para que a família leve para si não só aquela recordação familiar que ele proporcionou e nem tão somente, aquele exemplo de bom político que ele nos identificou, mas que também leve na memória dos seus descendentes o exemplo digno de um pai de família, de um dirigente partidário e de um homem político exemplar deste Paraná e que realmente faz tanta falta a este momento da Nação brasileira.

Obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente e Srs. Deputados, inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de registrar neste Pequeno Expediente que ocupamos na tarde de hoje, nossa solidariedade e comunidade indígena, do Paraná e do Brasil. Porque, hoje, dia 19 de abril, dia Nacional do Índio e certamente todos nós que temos um pouco de amor e respeito por

esta Pátria, haverá de ter também, um pouco de respeito, um pouco de consideração e amor, pela comunidade indígena deste País.

No dia de ontem, a exemplo do que já fiz em tantas oportunidades, participei de uma reunião festiva de uma confraternização, na Comunidade Indígena Kaicang, de Cândido de Abreu.

Em outras ocasiões já estive no Município de Manoel Ribas e, ontem, estivemos em Cândido de Abreu. E lá, mas que a nossa solidariedade, entendo ser necessário que este Parlamento Estadual e que o Governo do Estado adotem medidas que possam vir em benefício da Comunidade Indígena Paranaense, das nossas reservas indígenas. Porque em lá estando, nesta oportunidade, pude a exemplo de outras ocasiões verificar a situação abandono, a situação de falta de assistência médica, a situação de falta de uma habitação mais adequada para comunidade indígena.

Então neste dia 19, Dia Nacional do Índio e certamente todos nós que temos amor e respeito por esta Pátria haverá de ter um pouco de respeito, consideração e amor pela comunidade indígena deste país. No dia de ontem, a exemplo do que já fiz em tantas outras oportunidades, participei de uma reunião festiva na comunidade caingangue de Cândido de Abreu. Em outras ocasiões já estive em Manoel Ribas e ontem, em Cândido de Abreu e lá mais do que a nossa solidariedade, entendo ser necessário que este Parlamentar Estadual e que o Governo do Estado adote medidas que possam vir em benefício da comunidade indígena, das nossas reservas indígenas, porque em lá estando, pude a exemplo de outras ocasiões, verificar a situação de abandono, de falta de assistência médica e de falta de uma habitação mais adequada para a comunidade indígena. Então neste Dia Nacional do Índio, quero manifestar a minha solidariedade e dizer que nos próximos dias já ajustamos com o líder indígena do Paraná, Pedro e com o assessor especial para assuntos indígenas, uma reunião aqui na Assembleia, com os demais parlamentares que possuem em suas áreas de ação política, reservas indígenas para que possam fazer uma reunião de trabalho e buscarmos o encaminhamento de soluções aos problemas que são muitos nas comunidades indígenas do Estado.

A segunda questão que queremos manifestar, é em decorrência da viagem de ontem que fizemos, vindo de Ivaiporã, Cândido de Abreu, passamos por Reserva e chegamos até o Posto Paripá. Por conseguinte, percorremos a rodovia que liga Manoel Ribas até o Posto Paripa. Quero nesta oportunidade e já o fiz hoje pela manhã, em telefonema ao Diretor Geral do DER, pedir à liderança do governo e aos Deputados, que nos ajudem no sentido de que aquela rodovia possa ser imediatamente recuperada. A rodovia que liga o Posto Paripa, na região de Caetano Mendes, município de Tibagi, ao Município de Reserva, Cândido de Abreu e Manoel Ribas, a cada dia que passa mais deteriorada ela se encontra. Mais buracos e mais crateras se formam e nós ao percorrermos aquele trecho,

temos que o fazer com o maior cuidado e sei que o Deputado Hermas Brandão seguidamente passa por ali, sei que o Zuk, o Plauto sempre passam por aquela região, Deputado Miltinho Puppio Anibal Khury, Antonio Annibelli, sei que todos temos passado por ali e conhecemos a precariedade daquele trecho de rodovia estadual, ligando Paripa, Reserva, Cândido de Abreu até o Município de Manoel Ribas e Nova Tebas. É lamentável porque é uma rodovia que não funciona apenas como ligação entre um município e outro. É uma rodovia que liga parte da região noroeste do Estado, lá da região de Campo Mourão e que fazem a opção ao se dirigirem a Ponta Grossa e a Curitiba, por trafegar por esse rodovia. Com o pedágio também, muito são os que optam trafegar por essa estrada para não ter que desembolsar os preços das tarifas cobradas nas praças de pedágio. É lamentável que aquela estrada esteja naquelas condições e peço mais uma vez, que o governo adote providências, porque veículos estão sendo danificados todos os dias e vítimas humanas já tivemos em função de acidentes ocorridos nesta rodovia, já que um veículo estourou o pneu, capotou e uma das pessoas que estavam em seu interior, veio a falecer. Queremos providências do governo e sabemos que pouco precisa ser investido para uma operação “tapa-buracos” que se realizasse inicialmente, para depois, uma reconstrução daquela estrada, mas que esse “tapa-buracos” para se evitar acidentes fosse feito, de forma a permitir um tráfego mais tranquilo, mais adequado na rodovia que liga Posto Paripa, Reserva, Cândido de Abreu e Manoel Ribas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Professor Luiz Carlos Albrogghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBROGHETTI

Senhor Presidente, nesta semana, no meu programa de televisão, agora em rede nacional, não prestei homenagem ao Dr. Pereira. Apenas motivei o falecimento do Dr. Pereira e disse que sentia muito a sua família, a perda do Dr. Pereira.

Tínhamos que nos lembrar do Dr. Pereira, quando ele era vivo, quando ele deu a sua vida e muito poucas pessoas não reconheciam nele o valor que ele tinha. Lembro-me de uma reunião no gabinete do Deputado Valdir Rossoni, que fui chamado naquela época, e vi ali o Dr. Pereira discutindo, debatendo, colocando as suas idéias. O Deputado Valdir concordando, eu concordando. Era polêmico como eu. Então ali você via o sonho do Pereira em querer ajudar o Governador Jaime Lerner, em querer ajudar o Deputado Valdir, em querer ajudar os Deputados do PDT, na época: Deputado Algaci. Acho que homenagem nós temos que prestar quando a pessoa está viva, que deu a sua vida como o Deputado Zuk deu a sua vida por Ponta Grossa. O Deputado Algaci deu a sua vida, por várias vezes, ao Município de Curitiba. O Deputado Valdir Pugliesi ajudou a construir um dos maiores parques moveleiros da história do Norte do Paraná. O Deputado Edno Guimarães que transformou Cianorte na

Capital do vestuário. O Deputado Ribas Carli que deu a sua vida por Guarapuava.

É minha maneira de pensar. Faleceu, meus respeitos. mas nós temos que nos lembrar, como disse o Deputado Valdyr, outro dia, o Valdyr Pugliesi, contando uma história da vida de um grande estadista brasileiro, Deputado Heitor de Alencar Furtado. Ninguém se lembra mais, só lembram após a morte, temos que lembrar quando a pessoa está viva e está dando a sua vida. Como a Deputada Irondi deu a sua vida por este Parlamento representando a mulher na Constituição, eu, a Deputada Irondi, o Deputado Valdir se não me engano, tantos Deputados, o Deputado Anibal. Nós fizemos a Constituição do Estado do Paraná: eu, a Irondi, e o Deputado Haroldo Ferreira brigávamos neste Plenário com o Deputado Caíto Quintana para emendar a Constituição do nosso Estado, para fazer a Constituição ter cidadania e justiça social em defesa da mulher.

Então, me perdoe, Deputado Zuk. Concordo com V.Exa., porque V.Exa. além de tudo é meu particular amigo, apóio o que V.Exa., disse aqui, mas fico um pouco magoado Deputado Zuk. Não sei se V.Exa. está me entendendo? O Dr. Pereira deveria ter sido lembrado quando estava vivo. Quando estava vivo! Quando dava sua vida pela política do Paraná. Quando ele defendia o Governador Jaime Lerner, quando ele defendia o PDT todo mundo chamava ele de louco. De louco ele não tinha nada. Ele tinha ideais, ele tinha alma, ele tinha coração, ele tinha sensibilidade na política. Isso que é importante. Nós temos que lembrar dos seres humanos quando estão vivos. Mas eu concordo com V.Exa., vamos prestar uma homenagem a ele, como já o fiz pela televisão, como prestei ao Deputado Idekazu Takayama hoje que está de aniversário.

Então quero dizer a V.Exa., Deputado Zuk, eu o parabeno. Mas nós temos tantas pessoas de valor neste Estado...

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Deputado Alborghetti, eu queria tão somente um minuto para concordar com V.Exa. tudo que V.Exa. fala deveria ser dirigido ao outro lado da rua. Um pouquinho acima ali no andar que V.Exa. conhece, para a pessoa que realmente mereceria ouvir esse discurso. Porque o reconhecimento tem que vir, realmente, de quem deveria dar o reconhecimento. Não deram o reconhecimento e nós prestamos a homenagem pela falta de reconhecimento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Tudo bem, concordo com V.Exa. não quero partir para este prisma. Mas venho à tribuna para parabenizar. Graças a Deus o meu Governador Jaime Lerner colocou em prática um dos maiores programas que eu, o Deputado Chab, o Deputado Algaci que militamos na crônica policial.

São milhares de caminhoneiros que são assassinados no Paraná, dezenas de caminhões que são roubados com cargas e levados para o Paraguai, e o Governador Jaime Lerner lança ao lado do Secretário Cândido Manoel Martins de Oliveira, lança ao lado do Comandante da Polícia Militar a maior operação do Estado do Paraná, de combate a quadrilhas organizadas que estão matando na boléia do caminhão, aquele caminhoneiro que transporta, seja do Porto de Paranaguá, seja de Londrina, seja de Colombo, seja de União da Vitória, seja de Cascavel, seja da região metropolitana do Vale do Ivaí, terra do Líder Orlando Pessuti, seja de qualquer “plaga” deste Estado do Paraná, o caminhoneiro, como disse o Presidente Kennedy, “todo homem que honra o seu trabalho, todo caminhoneiro que na boléia do seu caminhão ajuda transportar a produção do seu Estado e toda criança que brinca de boneca ou de bola, ilumina a esperança daqueles que tem fé, num bairro, no município, no estado ou numa Nação”.

Parabéns ao meu Governador, por lançar este programa, um programa sério, honesto, sem palhaçada, sem carnaval, sem confete e sem serpentina, um programa que visa defender ao lado da Polícia Rodoviária Federal, ao lado da Polícia Rodoviária Estadual, a vida dos caminhoneiros que transportam o progresso do Paraná.

Não adianta nós culparmos, por exemplo, agora há pouco fiquei sabendo que o mar destruiu uma parte de Matinhos. Não podemos culpar o Governador, que o mar levantou bravo, não podemos culpar o Governador do Rio de Janeiro, que o mar também invadiu Copacabana e destruiu vários postos, e o governador, e o Governador do Rio de Janeiro é do PDT, não podemos culpar o Prefeito, o Vereador, o Deputado Anibal, o Deputado Pessuti, se a agricultura vai mal.

Não podemos culpar o Deputado Antonio Carlos Belinatti se algum problema deu errado em Londrina, não podemos culpar o Deputado Marcos Isfer, o Deputado Chico Noroeste, enfim não podemos culpar o Deputado Durval Amaral, não podemos culpar ninguém.

Temos que unir forças, temos que trabalhar juntos. Esse Parlamento tem que ajudar o Governo a julgar, a fazer com que essa segurança seja idônea, e o programa lançado pelo Governador Jaime Lerner, de defender o caminhoneiro, o caminhoneiro que é assassinado, que é violentado, que é rasgado, os bandidos rasgam a Constituição na cara dos caminhoneiros do meu Estado, rasgam a bandeira do Brasil, a bandeira do Paraná, o Hino ao Paraná, o Hino Nacional, é o caminhoneiro que trabalha hoje para pagar o que comeu ontem. Então, é um programa sério que eu pedi, implorei, Deputado Algaci, Deputado Chab, nós que militamos na área policial.

Então nós só temos aqui a dizer, está de parabéns o Governo do Estado do Paraná, parabéns à Secretaria de Segurança Pública, parabéns o comando da Polícia Militar, de parabéns o caminhoneiro, que a partir de agora “Oxalá, Cristo permita”, tenha a sua vida poupada por dezenas de quadrilhas, de canalhas, assassinos, margin-

ais, que não mereciam 30 anos de penitenciária, mereciam sim, a prisão perpétua ou a pena de morte, porque o homem que mata para roubar principalmente aquele que trabalha, tem que pagar pelo crime que cometeu.

Esta é a minha opinião como Deputado, Deputado independente sim nas minhas convicções, Deputado independente sim na minha maneira de falar, doa a quem doer, defendo, virei criticar quando o programa não for de encontro aos anseios da família do nosso Estado, mas virei aqui aplaudir quando o programa for de encontro aos anseios do Estado do Paraná, como fez o Edson Strapasson na luta pelos agricultores, ao lado do Deputado Orlando Pessuti, a respeito desse grupo português que pensou que poderia mandar no Estado do Paraná, e que muito bem fez o Deputado Anibal Khury ao tomar uma atitude drástica, se o Deputado Anibal Khury não tomasse essa atitude drástica, jamais eles teriam voltado atrás.

Então, esse Parlamento é soberano, Deputado, temos que respeitar, esse é um dos melhores Parlamentos do Brasil, graças a Deus! Está de parabéns essa Casa e está de parabéns todo o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Chab, conforme requerimento de Sua Excelência que solicita uma homenagem à Polícia Feminina.

Com a palavra o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Ocupo a tribuna, hoje, na verdade vou fazer aqui um breve relato, porque convidei para ocupar a Tribuna na Assembléia Legislativa uma Capitã da Polícia Militar, a Capitã Iracema Figueiredo.

A Capitã vem até a Assembléia Legislativa, para usar o espaço democrático desta Casa, para falar sobre as necessidades da mulher, que hoje completam 22 anos nos quadros da Polícia Militar. Sem dúvida alguma, o Estado do Paraná que foi um Estado, talvez, um dos primeiros a ter nos seus quadros da Polícia Militar a mulher, hoje, talvez, não se iguale com outros quadros, com outros estados.

Então, gostaria que os Senhores Deputados e a Mesa desta Casa prestassem muita atenção, porque acho que a mulher pode fazer muito mais e pode dar muito mais do que está dando. Na verdade, ela pode prestar um serviço muito melhor do que presta. Por quê? Porque não lhe dão a oportunidade que ela precisa para prestar esse serviço. E eu sei e nós todos sabemos, e estamos ansiosos aqui nesta Casa esperando uma reforma da Polícia Militar, ou seja, uma remodelação de toda a Polícia Militar a nível de Estado do Paraná.

E quero aqui, já de antemão, falar aos Senhores Deputados o seguinte, é até um apelo aqui: essa reforma sequer chegou aqui, ainda, na Assembléia, mas de

antemão, já quero falar ao Líder do Governo para que leve uma proposta ao Governo do Estado, para que se crie um batalhão feminino para que nós do Paraná possamos ter a exemplo de outros estados, como o Estado de São Paulo, um batalhão exclusivo de mulheres.

Então, não sei se as senhoras que estão na Polícia Militar que hoje chegaram ao posto, apenas e tão somente, de Capitães, passados 22 anos dentro da vida de quartel, a vida de caserna. Não sei se elas têm o que comemorar. Mas, na verdade, deixo esse espaço, porque, sem dúvida alguma, é um grande avanço para as mulheres. Elas estão há 22 anos prestando serviços, protegendo a minha família, protegendo as nossas famílias.

Vou passar a palavra para a Capitã Iracema Figueiredo que foi a nossa convidada, representando todas as mulheres da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra a Capitã Iracema Figueiredo.

A SRA. IRACEMA FIGUEIREDO

(Lê):

“HOMENAGEM DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA AO TRANSCURSO DO 22º ANIVERSÁRIO DA POLÍCIA MILITAR FEMININA

Cumprimentando o Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, o Senhor Deputado Ricardo Chab, Presidente da Comissão de Segurança desta Casa e autor da homenagem à Polícia Feminina, em nome da qual cumprimento os demais Deputados e visitantes.

Agradecendo esta homenagem da Assembléia Legislativa, que nos deu a honra de parabenizar em público a Polícia Militar Feminina, pela passagem dos seus 22 anos de criação, em nome das policiais presentes, agradecemos e parabenizamos as demais guerreiras que nestes anos todos travaram o bom combate em busca da paz e tranquilidade para a comunidade paranaense.

A Polícia Militar Feminina foi criada em abril de 1977 com um efetivo inicial de 42 alunas Sargentos, colocando o Estado do Paraná como o 2º Estado da Federação a possuir a força feminina a complementar a sua segurança. O primeiro a possuí-la foi São Paulo, desde 1955, oriunda da Guarda Civil.

Em 1979 Paraná coloca-se na vanguarda, abrindo as portas da Academia Policial Militar do Guatupê para receber alunas Oficiais Femininas. Foi o primeiro Estado a ter Oficiais Femininas Operacionais, formadas em igualdade com o homens, sem qualquer privilégio na formação e atuação operacional.

Foi também pioneiro na formação de soldados e cabos, e a empregar a força feminina na área operacional. São Paulo à época possuía apenas Sargentos e aplicadas somente na área assistencial. Mais uma vez foi pioneiro em implantar o mesmo policiamento no interior do Estado.

Em 21 de julho de 84 através do Decreto nº 3413, devido a grande demanda, o Pelotão foi transformado em Companhia já com efetivo de 250 policiais.

Em fevereiro de 94, por decisão de Comando, a Companhia de Polícia Militar Feminina deixa de ter sede própria e as integrantes são transferidas às Unidades Operacionais, Diretorias e Seções e Seções da Polícia Militar do Paraná.

Neste lapso de tempo as policiais atuaram em diversas frentes com maior ou menor frequência dependendo da situação e disponibilidade de pessoal.

A exemplo: Serviço de Trânsito, a pé, com viaturas e motos; Plantão de Acidentes, do levantamento ao boletim; Policiamento Ostensivo a Pé; Policiamento de Permanência - Rodoferroviária, Aeroporto, Tribunal do Júri, Presídio Feminino, Vara de Família, Juizado da Infância e Adolescência, Operação Cata Mendigos (nas madrugadas de inverno); Operação Praias; Radiopatrulha, COPOM; Policiamentos Extraordinários como futebol, exposições, operações de calamidades públicas, reitengração de posse (frente), arrastões, pente fino em presídio feminino, movimentos grevistas e outros tantos.

Em todos os locais onde fomos empregadas só recebemos elogios pela forma educada e firme de atuação e nosso grande orgulho, é que neste tempo todo não houve nenhuma queixa e nenhum tipo de corrupção foi registrado.

Hoje, com um efetivo de 250 policiais na Capital e 190 no interior, nosso carro chefe é a patrulha escolar, onde as policiais são aplicadas em três turnos, com a pretensão de atender as escolas da Capital, as quais diariamente nos pedem socorro em razão do elevado índice de roubos que ocorre nas particulares, e envolvimento com drogas, de forma generalizada.

Possuímos uma equipe que atua nas escolas através de palestras na prevenção de drogas a qual neste ano já atingiu 2.500 alunos, pouco para o que precisa.

Na Capital possuímos 30 policiais atuando na patrulha escolar com uma média de 12 viaturas.”

Nosso objetivo hoje é aumentar o efetivo feminino para que possamos melhor atender as necessidades da comunidade. E, o nosso maior objetivo ainda é unificar os quadros, para que seja feita justiça, para as que foram somadas em condições de igualdade com os homens em 20 anos de vida de carreira militar, estamos ainda em posição máxima de capitão.

Dessa forma lutamos para que se dê à mulher as mesmas condições de evolução na carreira policial militar. Mesmo porque da vanguarda que estávamos quando da criação, hoje estamos em singular atraso, pois os demais Estado da Federação, em sua maioria, já possuem oficiais superiores, mesmo com a conformação iniciada em 1985. Temos, inclusive, em outros Estados, mulheres no comando de unidades operacionais, como aqui seria o 12º Batalhão, 13º Batalhão.

Nós, que servimos de exemplo para o Brasil todo, que ensinamos os outros Estados a formar e a trabalhar operacionalmente a polícia, estagnamos.

Vimos para somar e completar uma lacuna, onde era necessária a atuação da mulher, até que por força de lei, para que haja evolução, há a necessidade de unir à visão do homem à visão da mulher, para chegarmos a um objetivo comum. Tudo o que fazemos é sempre com um único objetivo, é para chegarmos a um objetivo comum: o de melhor servir.

Muito obrigada.

Mais uma vez agradecemos à Assembléia a homenagem que nos presta.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Agradecemos a presença da Capitã Iracema.

Queremos também enviar o nosso apoio e solidariedade à Polícia Feminina. Temos convicção, se depender da Assembléia, que as policiais militares vão atingir o coronelato.

Com a palavra o Deputado Péricles, no Horário das Lideranças.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, quero cumprimentar a Capitã Iracema por ter vindo aqui, nesta tarde, trazer esclarecimentos tão importantes aos Deputados paranaenses e desde já conta com a irrestrita solidariedade nossa e da Bancada do Partido dos Trabalhadores em suas justas reivindicações.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje se comemora o Dia Nacional do Índio e nada mais justo que nessa data, lancemos uma idéia aqui na Assembléia aos demais Deputados, para a criação de um gabinete dos povos indígenas na Assembléia Legislativa do Paraná.

Começamos já no ano passado uma discussão com lideranças indígenas do nosso Estado, com representantes da FUNAI.

Estive em algumas aldeias - fui até a Aldeia de Turvo, num almoço com lideranças e pude conhecer mais de perto a situação porque passam os índios do nosso Estado. Agora, no mês de janeiro pude verificar o sofrimento, as dificuldades extremas para não dizer a miséria porque passam os povos indígenas no litoral paranaense. Estive verificando a situação dramática numa aldeia Guaraní, próximo a Ilha Superagüi.

Pudemos conversar no ano passado com o Presidente Anibal Khury. Na conversa inicial que tivemos com o Presidente, evoluiu com lideranças indígenas para essa proposta. Nada mais justo, numa homenagem aos povos indígenas do Paraná, que criemos nessa Casa, uma estrutura de Gabinete, que possa talvez no futuro evoluir para a eleição no nosso Estado, de Deputado representando povos indígenas, como já existe em outros países do mundo.

Começaríamos com um gabinete, uma estrutura, que discutiríamos depois, para que o representante eleito pelos indígenas do Paraná tivesse assento nessa Casa, com o chefe de gabinete indígenas - não na condição de Deputado, mas na condição de um gabinete, que teria uma relação direta com os Deputados, com os Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo, teriam um espaço privilegiado e o reconhecimento simbólico desta Casa à grave situação porque passam os índios do Paraná.

Dessa forma, Senhor Presidente, apresento requerimento, nesta Casa, solicitando a instalação de uma comissão de Deputados para analisar a viabilidade da instalação de um gabinete dos povos indígenas na Assembléia Legislativa do Paraná.

Solicito ao Senhor Presidente e demais Deputados que aceitem esta proposta para que comecemos a trabalhar, discutir com as lideranças, percorrer várias aldeias de nosso Estado, para que esta idéia possa evoluir.

Temos um documento oficial que está apenso a este requerimento que já é resultado de uma discussão havida com lideranças.

Passo a ler a justificativa do documento que eles nos passaram.

(Lê):

“Projeto para implantação do
Gabinete dos Povos Indígenas na
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Justificativa:

Historicamente os índios brasileiros tem sido colocados nas reservas, onde tem se desenvolvido e sobrevivido em ambientes próprios junto a natureza. Essas reservas então geralmente muito distantes das grandes cidades e dos grandes centros de decisão dos destinos do País e especialmente de seus próprios destinos. Repensando a história e avaliando a atual situação, nós índios entendemos ser muito importante a manutenção dos espaços e conquistas aqui alcançados. Cremos no entanto que se faz necessário, para o bem-estar nosso e de nossas gerações futuras, a nossa presença nas capitais brasileiras, especificamente nas assembléias estaduais.

Objetivos:

Tendo passado por experiências de desinformação, e até afastamento das decisões dos que dirigem nossos destinos, queremos mudar esse quadro. Estaremos trabalhando para buscar melhores condições de vida ao nosso povo e melhor relacionamento entre governos, sociedade e índios.

Estrutura e atuação do gabinete dos povos indígenas:

É necessário pequeno espaço com os recursos básicos para funcionamento.

O gabinete será ocupado por índios, com experiência administrativa, com conhecimento amplo da questão indígena a nível local e nacional e com capacidade para contatos e negociações. O gabinete poderá eventualmente

dispor de elementos indicados pelos índios para atuação conjunta.

A representatividade será a mais ampla possível, atendendo os dois conselhos indígenas do Estado, tendo um representante de cada conselho.

“O trabalho do gabinete será de diálogo direto com o poder político, trazendo as aspirações dos índios e levado as propostas oficiais às comunidades.

O gabinete estará também atuando junto a sociedade civil, na divulgação da questão indígena, no esclarecimento sobre a atual situação em que vivem esses povos e reorientando sobre a visão apenas folclórica a respeito dos índios.

A atuação será também na busca de parcerias com ONG's e outras instituições que possam apoiar nossos projetos para um trabalho conjunto.

O diálogo com as instituições de ensino é para nós fundamental. Buscaremos convênios visando espaços para nossos jovens no terceiro grau e retorno dessa parceria será de grande valor para a comunidade indígena a médio e longo prazo.

A representação indígena se fará também através do gabinete com o material histórico e cultural dando espaço para a sociedade indígena ou não a nível estadual e nacional para discussões, informações e desenvolvimento de amplo diálogo.

A relação índio-natureza é para nós muito forte e o gabinete estará oferecendo a toda a sociedade sua milenar experiência de harmoniosa convivência junto ao meio ambiente.

Nós índios questionamos qualquer caráter festivo para comemorar os quinhentos anos de ocupação do Brasil.

O Gabinete será um ponto estratégico de amplo debate sobre a questão. Aqui serão traçados projetos de reação e metas para um fortalecimento cultural, intelectual, étnico e político para o período pós quinhentos anos.

O gabinete não tem propostas de anular ou concorrer com qualquer outro organismo governamental ou não, pelo contrário, quer uma caminhada conjunta.

Entendemos no entanto que neste Estado e nessa Casa Civil poderemos criar um novo modelo de atuação indígena que poderá ser um referencial a nível nacional”.

Concedo o aparte ao Deputado César Silvestri.

O Sr. César Silvestri

Deputado Péricles, fico extremamente contente, feliz, de ver que outros colegas Parlamentares se preocupam também com as causas indígenas.

No meu primeiro mandato, em 1990, junto com vários Pares desta Casa, percorremos todas as reservas indígenas do Estado do Paraná.

Já tínhamos uma ligação muito forte com a comunidade indígena de Guarapuava, hoje pertencente ao Município de Turvo, e depois deste trabalho que fizemos houve um estreitamento ainda maior.

Estive ainda na última 6.^a feira, exatamente na mesma reserva indígena a que Vossa Excelência se referia, no Município de Turvo, e posso lhe garantir que é uma das mais bem estruturadas no Estado do Paraná.

Logicamente que eu gostaria de debater Deputado Péricles, fico extremamente contente e feliz de ver que outros colegas parlamentares também se preocupam com as causas indígenas.

Eu, no meu 1º mandato em 1990, junto com vários pares desta Casa, percorremos todas as reservas indígenas, no Estado do Paraná. Já tinha uma ligação muito forte da comunidade de Guarapuava, hoje, pertencente ao município de Turvo, e depois desse trabalho que fizemos, logicamente que houve um estreitamento ainda maior. Estive, ainda, na última sexta-feira, exatamente na mesma reserva indígena que Vossa Excelência se referia no município de Turvo e posso lhe garantir que é uma das mais bem estruturadas do Estado do Paraná.

E logicamente que eu gostaria de debater e também pediria a Vossa Excelência que fosse convidado o doutor Edílio Bastistelli, que é o assessor especial de assuntos indígenas, para que possamos discutir essa sua idéias, até porque ele é um indiginista, uma pessoa respeitada a nível nacional, porque trabalha a causa indígena com muito amor e dedicação.

Tenho certeza absoluta que como Vossa Excelência e como eu também penso, que tudo aquilo que for feito para que haja o resgate da dignidade da comunidade indígena do Estado do Paraná, terá meu apoio, e logicamente pediria a Vossa Excelência que também participasse dessa discussão para que pudéssemos trocar idéias.

E aproveito a oportunidade nesta Casa para convocar e apelar a todos os colegas Deputados.

Apresentei um projeto, de entrada na semana passada aqui, na Assembléia Legislativa, para que 50% do ICMS que os municípios recebem através de uma emenda de minha autoria, que coloco os 19 municípios que continuam as reservas indígenas do Estado do Paraná.

Esses municípios acabaram através dessa emenda, tendo acesso a Lei dos Royalties Ecológicos do ICM. E, estou pedindo através de um Projeto, para que pelo menos os municípios apliquem 50% desses recursos dentro das reservas indígenas.

Alguns dos municípios através dessa Emenda, estão recebendo valores na ordem de 300, 400 mil reais por ano, e não estão aplicando 1 centavo sequer dentro das reservas.

Como disse Vossa Excelência, a reserva de Turvo é uma das mais bem estruturadas do Estado do Paraná, mas, infelizmente, nós pudemos constatar que clientes indígenas estão criando um Fórum em algumas reservas do Estado do Paraná, e não está havendo a sensibilidade por parte dos Prefeitos que recebem recursos.

Tem no seu município a reserva indígena, não estão aplicando esse recursos. Por isso eu peço a todos os

colegas o apoio para o Projeto que apresentei aqui na Assembléia Legislativa.

Somo-me à sua preocupação, logicamente é um assunto que deve ser discutido, até porque mexe com a estrutura da Assembléia Legislativa e também com a estrutura do Governo do Estado.

Mas, de qualquer forma, tudo aquilo que for para resgatar a dignidade do povo indígena terá meu apoio.

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Agradeço o seu aparte, Deputado Cesar Silvestri, enriquecendo nossa exposição, e sem dúvida é incomparável a situação dos índios da aldeia de Turvo com outras aldeias.

No Litoral, a miséria é uma coisa profunda que entristece. É uma situação muito difícil porque passam pelo menos os índios que eu lá vi no Rio de Janeiro. E essa situação, acho que acontece na maioria dos lugares do Estado.

Isso é muito importante, Deputado Cesar Silvestri, que a Assembléia através de uma Comissão possa tentar achar uma solução, o início de uma preocupação mais profunda com a questão dos falsos indígenas. E acredito que essa Comissão, a qual o Senhor deveria fazer parte, eu também gostaria de participar, nós possamos chegar a essa idéia de concretizar, essa idéia de criação do gabinete. Acho que marcaríamos com chave de ouro esse mandato. Inclusive a Mesa da Casa, eleita com 54 votos por unanimidade dos Parlamentares, fecharia esse mandato com chave de ouro, dando exemplo para o Brasil e talvez para o mundo, sob uma nova forma de tratar a questão do índio.

Como eu disse no início não seria eleger um Deputado, mais um gabinete, apenas uma estrutura administrativa organizada e gerida pelos próprios índios para defender os seus interesses.

Agradeço seu aparte, Deputado Cesar Silvestri, e espero que tenha o apoio dos Deputados, inicialmente para o requerimento de formar uma Comissão e futuramente para formação do gabinete em prol do indígena nesta casa.

Queria também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, informar aos Deputados desta Casa que aqui ao lado, no salão nobre, encontra-se a Comissão dos Direitos Humanos do Congresso Nacional, com vários Deputados presentes: Deputado Rosinha, Padre Roque, Jenuíno, Senador da República, para ouvir do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra as denúncias que fazem à Comissão de Direitos Humanos, sobre a violência que tem sido vítima, o assassinato de uma Liderança importante do MST, a ameaça à outras lideranças, inclusive há crianças que sofreram atentados a semana passada.

E essa Comissão está aqui. Não é possível que aceitemos tanta violência contra pessoas que nada mais querem que o direito de trabalhar e produzir para viver com um mínimo de dignidade.

Queremos convidar os Deputados para essa reunião que está acontecendo no salão desta Casa.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Horário das Lideranças: PFL, PMDB, Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 580, de autoria do Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando a esta Casa que faz parte da Bancada do partido Liberal - PL. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre recursos mencionados na Lei nº 12.418, de 15.01.99 (Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda: Aprovada.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Com voto contrário da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrado.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/99, de autoria dos Deputados Moysés Leônidas e Outros, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Deputado Iosio Antonio Ueno. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda: Aprovada.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o S.O.S Vida Animal, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda: Aprovada.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda: Aprovada.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda: Aprovada.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras à Prefeitura Municipal de Congonhinhas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.a. nº 05, de 23.02.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 017/99

P A R E C E R :**RELATÓRIO**

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar uma área de terras à Prefeitura Municipal de Congonhinhas.

FUNDAMENTAÇÃO

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, mas, conclui necessitar, a presente proposição, de emenda aditiva para que possa cumprir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do substitutivo em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 017/99**

Fica suprimido o parágrafo Único do artigo 1º, e o artigo 2º do projeto de lei passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado para construção de um estabelecimento escolar, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.”

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Marcos Suplicy Hafers. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 050/99**

P A R E C E R :**RELATÓRIO**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo conceder o

título de Cidadania Benemérita ao Senhor Luiz Marcos Suplicy Hafers.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, para a normal tramitação da proposição em tela. Entretanto, apresentamos uma emenda para corrigir a denominação do título a ser conferido, tendo em vista que Luiz Marcos Suplicy Hafers nasceu em Santos, Estado de São Paulo e a denominação para as pessoas nascidas fora do Estado do Paraná é de Cidadão Honorário.

CONCLUSÃO

Sendo assim, apresentamos o nosso parecer favorável, na forma do Substitutivo Geral, que em anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 050/99**

Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Marcos Suplicy Hafers.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio à Criança Carente - ACRICA, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 076/99**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Apoio à Criança Carente - ACRICA, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Orquidófilos, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17, de 22.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 118/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural de Orquidófilos, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Creche Novo Amparo, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 140/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Novo Amparo, com sede e foro no Município de Londrina - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Munic-

ipal Professora Elza Grassiotto Caselli, com sede e foro no Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 146/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Elza Grassiotto Caselli, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Creche Semente da Paz - Associação dos Amigos da Criança., com sede e foro na Cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 06.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 151/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Semente da Paz - Associação dos Amigos da Criança, com sede e foro no Município de Londrina - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma do Substitutivo Geral, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 151/99

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Semente da Paz - Associação dos Amigos da Criança, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Temos a satisfação de anunciar a presença do Senador Alvaro Dias, ex-Governador do Estado, ex-Deputado Estadual, uma visita que faz a esta Casa. Suspendo a Sessão por 5 minutos, para que os Senhores Deputados possam cumprimentá-lo.

(Suspensa a sessão)

Sessão reaberta. Os jornalistas ligados à Assembléia, ao comitê de imprensa e aos Deputados, estão ansiosos para ouvir à palavra do Senador Álvaro Dias.

Concedo a palavra a Vossa Excelência que tantas vezes ocupou a tribuna desta Casa.

O SENADOR ÁLVARO DIAS

Muito Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, sem dúvida é sempre uma honra ocupar esta Tribuna e sem dúvida é sempre uma emoção que se renova, já que vivemos aqui, nesta Casa momentos marcantes na nossa trajetória política, numa fase de grande importância para o nosso país, quando se buscava a redemocratização.

Hoje, vivemos um outro momento de grande importância para o futuro do nosso país, que eu definiria como “o momento da Organização”, já que em que pese os esforços de tantas Lideranças Políticas, de tantos governantes, o país é um país lamentável, desgraçadamente, tremendamente desorganizado.

A exigência de organização fala alto no Brasil, mas, posso testemunhar com poucos dias no Congresso Nacional, junto aos meus companheiros legisladores no Estado, que há um novo Parlamento no Brasil. O mundo mudou, o Brasil mudou, o Senado especialmente mudou, o Parlamento Brasileiro mudou.

Sinto restabelecer o entusiasmo pela atividade de legisladores, especialmente, porque há um novo cenário, um novo momento. A atividade no Congresso Nacional, já que o Legislativo além de recuperar as prerrogativas que não possuía a algum tempo atrás, recuperou, também, o entusiasmo de legislar e as reformas haverão de ocorrer.

É claro que as CPIs acabam empolgando a imprensa e a população também. Mas o objetivo não é ser o campeão mundial da CPIs, é a par da existência da CPIs cumprir o seu dever de reformar. E assim se entende lá: a CPI do Judiciário é importante? É, mas sem dúvida e reforma do Poder Judiciário é a consequência maior da própria CPI. A CPI estaria com seus objetivos frustrados se dela não decorresse uma reforma competente do Poder Judiciário capaz de fazer com que as esperanças de justiça para o povo brasileiro sejam restabelecidas.

Da mesma forma, as demais reformas e é claro, numa casa política, não só por ser uma casa política, é preciso destacar a importância da reforma político-partidária e é claro que vou roubar alguns minutos para dissertar sobre o que está acontecendo no Senado no que diz respeito à reforma político-partidária. Anunciei-me na última quinta-feira, o Líder do PSDB, Sérgio Machado que é relator da reforma político-partidária, que, já na próxima semana, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, começaremos a discutir três itens fundamentais da proposta de reforma: a “Cláusula de Desempenho” que estabelece os requisitos necessários para que um partido tenha representação no parlamento. O Partido terá que obter 5% dos votos do país para ter representação no Parlamento. É evidente que não se pretende extinguir partidos. o que se pretende é que os partidos se tornem verdadeiros partidos. O partido não pode se considerar como tal sem voto, sem eleitor. Evidentemente o que se pretende é moralizar a atividade partidária, eliminando aqueles partidos denominados linha auxiliar ou partidos de aluguel, para eliminar também os balcões que se armam na véspera da campanha eleitoral para a venda do tempo de rádio e de televisão, ou mesmo para a venda da própria postura, já que é comum verificar em campanhas eleitorais, determinado partido com o candidato apenas para criticar, para agredir um candidato em benefício do outro. Evidentemente a lei, a legislação precisa cuidar disso. O modelo, essa é uma verdade que eu considero inquestionável. A população está denunciando o modelo político vigente no país. Denuncia o modelo político quando um percentual elevado de eleitores não comparece para votar; denuncia um modelo político quando um percentual elevado de eleitores vota em branco ou vota nulo e é claro que há essa descrença generalizada em relação aos políticos, aos partidos políticos, às instituições políticas, obviamente em função de muitos escândalos, mas certamente também e sobretudo em função de um modelo político capaz de atender às aspirações da sociedade brasileira e é responsabilidade dos legisladores do País, oferecer à nação, um modelo político capaz de restabelecer a crença do povo nas instituições políticas.

Este item, denominado “Clausula de desempenho” é um dos itens mais importantes desta reforma.

O outro item, é o fim da coligação nas eleições proporcionais. O que também tem muito a haver com a representação. Há uma distorção na representatividade, uma vez que as alianças, muitas vezes exdrúxulas, acabam por permitir a eleição, de que, na verdade, o eleitor não intencionava eleger. Veja bem, na Câmara dos Deputados, dos 513 Deputados Federais, apenas 28 se elegeram com seus próprios votos, os demais se elegeram pela votação da legenda. Ocorre, desta forma, que o eleitor votando em determinado candidato, acaba por eleger um outro candidato de outro partido, que nada tem a ver com o programa escolhido pelo eleitor. Da mesma forma o eleitor votando em candidato de determinada região,

acaba elegendo candidato de outra região que nada tem a ver também com as suas aspirações de cidadão e de eleitor. Então o fim da coligação nas eleições proporcionais, me parece algo consensual, especialmente entre os partidos maiores. O que fará com que a proposta venha a ser aprovada.

Um outro item é o da chamada Fidelidade Partidária, embora não seja a forma mais adequada de se instituir a fidelidade partidária, porque se fará através de uma reforma infra-constitucional e não constitucional. Estas propostas todas serão encaminhadas e tramitarão através da legislação complementar e de ação ordinária, para que se vote com maioria simples. A Fidelidade Partidária, no texto da Constituição, ficará para depois. O que se pretende agora é fixar a exigência de 4 anos de filiação para se disputar as eleições com o objetivo de eliminar o troca-troca que ocorre especialmente depois dos pleitos eleitorais, notadamente no Congresso Nacional, já que os partidos disputam a primazia de indicar relatores de Comissões ou até mesmo de disputar a direção das duas Casas do Congresso.

São esses 3 itens os primeiros que serão debatidos no Congresso: Fidelidade Partidária através dessa exigência de 4 anos de filiação, o fim da coligação nas eleições proporcionais e a cláusula de desempenho. As outras questões: voto distrital, financiamento público das campanhas eleitorais, voto facultativo são questões que virão na sequência no Senado Federal.

Aliás, com a preocupação de não comprometer essa tarefa que é fundamental para o país de promover reformas, o Senado determinou que as sessões das CPIs sejam realizadas a partir de quinta-feira à tarde, sexta-feira e segunda-feira para que o período central onde o Senado delibera em plenário e nas Comissões Técnicas da Casa, não tenha a ação comprometida pela prevalência das CPIs, sobretudo diante da Imprensa Nacional.

Sr. Presidente, estou aqui, evidentemente, interrompendo uma sessão e não pretendo me prolongar nesta tribuna, apenas quero agradecer e me colocar à disposição de todos os amigos Deputados Estaduais de todos os partidos, no Senado da República, para que a nossa atuação possa resultar em benefício da população, sobretudo no que diz respeito a sugestões, a idéias que possam ser encaminhadas a fim de que, estudando, juntamente com a consultoria do Senado possamos, quem sabe, transformar idéias em projetos de futuro para o nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Agradecemos a visita do Senador Álvaro Dias e a sua explanação sobre a reforma partidária. Tenha certeza S.Exa. que iremos convidá-lo várias vezes para no decorrer da votação da reforma partidária, dar orientação a nós, componentes da Assembléia.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermas Brandão) (Lê)

“Gazeta do Povo - 14 página

Curitiba, domingo, 18 de abril de 1999

Carlos Nasser

IRRESPONSABILIDADE

Toca o telefone e fico sabendo no Rio de Janeiro que por força do meu “prestígio” tinha colocado meu sobrinho Alexandre Nasser na Faculdade de Direito, da Faculdade Tuiuti. O vestibular era frio e o ilustre procurador da República, Dr. Fernando Araújo Ferreira colocou meu nome em um processo encaminhado à Polícia Federal junto com outros políticos conhecidos e de grande influência no Paraná.

Se não fosse sério poderia parecer aquela antiga piada do português ‘não me chamo Joaquim, não moro em Niterói, mas já estou me sentindo culpado, porque nasci em Portugal e torço pelo Vasco’. Meu nome é Carlos Nasser, estou há 2 meses sem vir ao Paraná, não tenho sobrinho, não conheço nenhum Alexandre Nasser e nunca estive na Universidade Tuiuti. Só que ao contrário do português, não me sinto culpado e denuncio publicamente esta irresponsabilidade e seus autores por estarem cometendo um ato leviano com pessoas de bem e altamente qualificadas na sociedade paranaense, inclusive ex-Governadores e Deputados. Escrevo na Gazeta há 15 anos, moro no mesmo apartamento há 16 anos, tenho o mesmo telefone há 20 anos e como uma autoridade do Ministério da Justiça não me localiza para esclarecer (O mínimo) uma situação tão simples e levemente coloca meu nome em um processo?

O mais grave é que o ilustre Procurador inicia o processo ‘por denúncia anônima’. Voltamos ao Irã ao Aiatolá Khomeini século XVII todos serão culpados até que se prove o contrário. O ilustre bacharel deve ser mulçumano, com estágio na Universidade de Teerã. Creio que ao ler esta crônica ficará incomodado ao ver seu ilustre nome exposto no jornal, (500 mil pessoas lêem a Gazeta dos domingos, Dr.) mas eu também não gostei de ver meu nome num processo, e não ganho do estado para aplicar as leis e fazer justiça. Ao contrário, como contribuinte, ajudo a pagar seu salário. E não é para cometer irresponsabilidades. Vou além, ou tiram meu nome e corrigem esta baboseira, ou vou procurar meu amigo, este sim ilustre bacharel, e doutor René Dotti e processar o autor desta famosa peça jurídica que entrará para a história do Paraná. E mais, remeterei cópia para o senador Antônio Carlos Magalhães, e sua CPI do Ministério Público. Se existe alguém que sempre se expôs e lutou por um país mais justo e com força no Judiciário fui eu. E justamente aqui na Gazeta do Povo, e no Congresso Nacional quando denunciei (e fui até o fim) a quebra de decoro político-partidário do PSD (comprava Deputados) e acabou na cassação de 4 (quatro) Deputados federais. O Brasil tem que mudar, ninguém agüenta mais tanta irresponsabilidade nem no Banco Central, nem no Congresso e muito menos no Poder Judiciário. Um país só é forte

quando as leis são fortes por serem cumpridas. E para que isso aconteça é preciso que seus representantes estejam à altura do cargo que ocupam.”

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, requerimento nº 578, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Augustinho Zucchini, Antonio Annibelli, Luiz Carlos Zuk e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência me inscrevesse no Expediente de amanhã, exatamente para tratar sobre esse assunto. Porque há dias, o que incomoda a todos nós nesta Casa, o relacionamento indevido, no meu modo de entender, de pessoas com sobrenomes, ou com parentesco, com políticos ou com alguma pessoa como se a dúvida pairasse apenas sobre essas pessoas e não sobre os demais aprovados. Gostaria de abordar esse assunto, amanhã, na Assembléia Legislativa, até porque me parece que não pode nem esta Casa, nem esses Parlamentares e nenhuma instituição de ensino ser execrada publicamente sem fundamento competente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O Grande Expediente está solicitado amanhã pelo Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mas, Sr. Presidente, certamente eu terei espaço no Grande Expediente para ceder tempo ao Deputado Caíto Quintana, para dividir comigo o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Perfeito, ambos estão inscritos.

Requerimento aprovado por unanimidade. **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

A Mesa anuncia a presença do Vereador Beto e do Vereador Flávio da Câmara Municipal de Londrina, com muita satisfação.

Requerimento nº 550, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 581, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Encaminhe-se ao Excelentíssimo Sr. 1º vice-Presidente.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, pelo que eu sei, alguns Partidos já indicaram os membros para esta Comissão. Fazem parte os Deputados Algaci, Edgar Bueno, do PTB já foi indicado, do PMDB, se não me engano é o Deputado Strapasson, então gostaríamos de amanhã, às onze horas, na Sala das Comissões nos reunirmos para fazer a primeira reunião da Comissão e discutirmos com o Pessoal da COMEC e das áreas do Governo para sabermos como iremos encaminhar as questões relativas à Região Metropolitana do ponto de vista de infra-estrutura urbana, sobretudo nas regiões de mananciais onde os problemas mais graves estão acontecendo na periferia da nossa Curitiba.

Então, gostaria que a Mesa Executiva autorizasse porque esta Comissão precisa começar a trabalhar. Já decorreu um mês desde que este requerimento foi aprovado e os partidos que não indicaram seus representantes, a minha solicitação é que a Mesa Executiva determine ou indique os membros desta Comissão. São sete membros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Perfeito, a Mesa vai diligenciar no sentido que sejam preenchidos os demais cargos da Comissão e vai solicitar ao senhor 1º Vice-Presidente da Casa, de acordo com o regimento interno, que proceda a primeira reunião desta Comissão e a entregue aos seus legítimos possuidores.

Requerimento nº 577 de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello, Hermes Fonseca, Irineu Colombo e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 546, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 470, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 515, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Já foi encerrada a discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI

O outro também estava, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vossa Excelência labora em equívoco. O outro estava só na fase de apresentação.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 518, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. RICARDO CHAB

Para encaminhar, Senhor Presidente?

Assentimento.

Senhor Presidente, eu gostaria de fazer uma ressalva. Acabei de receber das mãos do líder do Governo uma resposta sobre o meu pedido, com relação aos veículos particulares, que estão instrumentalizados para lavrar a autuação mútua nas estradas do Paraná.

A justificativa da secretaria está comigo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vossa Excelência retira o requerimento.

O SR. RICARDO CHAB

Retiro.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento retirado.

Requerimento nº 479, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, já recebi as informações do Deputado Valdir Rossoni. então, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento retirado.

Requerimento nº 521, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Para Discutir, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em Votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

Requerimento nº 526, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni e Hermes Fonseca constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, eu já recebi essas informações. Peço adiamento. Peço retirada.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Retirado.

Requerimento nº 530, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Edgar Bueno, Ademir Bier, Waldir Pugliesi e Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela Ordem, Senhor Presidente.

Assentimento.

Através do Deputado Valdir Rossoni, recebemos a informação de que o Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza, composto pelo Doutor José Carlos G. de Carvalho, Ricardo de Almeida, secretário Techii Nakamura, Brasília de A. Neto, Dêlcio Alberto de M. Ângelo e os recursos repassados: em janeiro, 49 mil; fevereiro: 50 mil; em números redondos; em março: 50 mil. Portanto, as informações foram prestadas. **Retiro o requerimento.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento retirado.

Requerimento nº 539, de autoria do Senhor Deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 540, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 541, 542 e 543, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 544 e 545, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 554, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 549, 563, 564 e 565 de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 555, 556, 557, 558 e 573 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 559, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 560 a 562 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 566, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 567 e 568 de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 574, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 575 e 576 de autoria do Senhor Deputado Périles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 579 de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 491 de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor Presidente.

Esta solicitação foi feita em razão da presença dos comerciantes aqui, mas como foi definido, numa reunião com o Governo que seria revitalizado o Grupo de Estudos Multidisciplinar, o GEM, e já tem a presença de Deputados, eu retiro, portanto, este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Requerimento retirado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 014/98.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 017, 050, 076, 118, 140, 146 e 151/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO ANNIBELLI, LUIZ CARLOS ZUK E HERMAS BRANDÃO, EM SESSÃO DO DIA 19 DE ABRIL DE 1999.

“IRRESPONSABILIDADE”

Carlos Nasser
Jornal Gazeta do Povo

Toca o telefone e fico sabendo no Rio de Janeiro que por força do meu “prestígio” tinha colocado meu sobrinho Alexandre Nasser na Faculdade de Direito, da Faculdade Tuiuti. O vestibular era frio e o ilustre procurador da República, Dr. Fernando Araújo Ferreira colocou meu nome em um processo encaminhado à Polícia Federal junto com outros políticos conhecidos e de grande influência no Paraná.

Se não fosse sério poderia parecer aquela antiga piada do português “não me chamo Joaquim, não moro em Niterói, mas já estou me sentindo culpado, porque nasci em Portugal e torço pelo Vasco”. Meu nome é Carlos Nasser, estou há 2 meses sem vir ao Paraná, não tenho sobrinho, não conheço nenhum Alexandre Nasser e nunca estive na Universidade Tuiuti. Só que ao contrário do português, não me sinto culpado e denuncio publicamente esta irresponsabilidade e seus autores por estarem cometendo um ato leviano com pessoas de bem e altamente qualificadas na sociedade paranaense, inclusive ex-governadores e deputados. Escrevo na Gazeta há 15 anos, moro no mesmo apartamento há 16 anos, tenho o mesmo telefone há 20 anos e como uma autoridade do Ministério da Justiça não me localiza para esclarecer (O mínimo) uma situação tão simples e levemente coloca meu nome em um processo?

O mais grave é que o ilustre Procurador inicia o processo “por denúncia anônima”. Voltamos ao Irã ao Aiatolá Khomeini século XVII todos serão culpados até que se prove o contrário. O ilustre bacharel deve ser mulçumano, com estágio na Universidade de Teerã. Creio que ao ler esta crônica ficará incomodado ao ver seu ilustre nome exposto no jornal, (500 mil pessoas lêem a Gazeta dos domingos, Dr.) mas eu também não gostei de ver meu nome num processo, e não ganho do estado para aplicar as leis e fazer justiça. Ao contrário, como contribuinte, ajudo a pagar seu salário. E não é para cometer irresponsabilidades. Vou além, ou tiram

meu nome e corrigem esta baboseira, ou vou procurar meu amigo, este sim ilustre bacharel, e doutor René Dotti e processar o autor desta famosa peça jurídica que entrará para a história do Paraná. E mais, remeterei cópia para o senador Antônio Carlos Magalhães, e sua CPI do Ministério Público. Se existe alguém que sempre se expôs e lutou por um país mais justo e com força no Judiciário fui eu. E justamente aqui na Gazeta do Povo, e no Congresso Nacional quando denunciei (e fui até o

fim) a quebra de decoro político-partidário do PSD (comprava deputados) e acabou na cassação de 4 (quatro) deputados federais. O Brasil tem que mudar, ninguém agüenta mais tanta irresponsabilidade nem no Banco Central, nem no Congresso e muito menos no Poder Judiciário. Um país só é forte quando as leis são fortes por serem cumpridas. E para que isso aconteça é preciso que seus representantes estejam à altura do cargo que ocupam.